



DEFENSORIA PÚBLICA
DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Previsão de utilização de água mineral

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 22 de novembro de 2021 13:18

Para: Comarca Alvorada <alvorada@defensoria.ro.def.br>, Comarca Ariquemes <ariquemes@defensoria.ro.def.br>, Comarca Buritis <buritis@defensoria.ro.def.br>, Comarca Cacoal <cacoal@defensoria.ro.def.br>, Comarca Cerejeiras <cerejeiras@defensoria.ro.def.br>, Comarca Colorado <colorado@defensoria.ro.def.br>, Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>, Comarca Guajara Mirim <guajaramirim@defensoria.ro.def.br>, Comarca Ji Parana <jiparana@defensoria.ro.def.br>, Comarca Nova Brasilândia <novabrasilandia@defensoria.ro.def.br>, Comarca Ouro Preto <ouopreto@defensoria.ro.def.br>, Defensoria Pública NPM <presidentemedici@defensoria.ro.def.br>, Comarca Rolim De Moura <rolimdemoura@defensoria.ro.def.br>, Saomiguel Defensoria <saomiguel@defensoria.ro.def.br>, Comarca Vilhena <vilhena@defensoria.ro.def.br>

Prezados,

Tendo em vista o retorno das atividades de atendimento presencial e considerando a necessidade de regularizar o fornecimento de água mineral para os núcleos da DPE-RO, solicitamos que nos seja informado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qual a previsão de consumo para o exercício de 2022.

--

Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP

Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Telefone: (69) 3216-5535

Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel

CEP: 76.820-846 Porto Velho - RO



Seja consciente nas suas ações, pense no futuro melhor para todos!



Memorando nº 166.2021 - Informações sobre consumo para 2022.pdf

872K



MEM. N° 166/2021/DAP/DPE-RO

Porto Velho, 22 de novembro de 2021.

Aos Chefes de Núcleo dos
Núcleos de Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cacoal, Cerejeiras, Colorado D'Oeste, Espigão D'Oeste, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e Vilhena

Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Assunto: Previsão de utilização de água mineral.

Senhores,

Com nossos cumprimentos, solicitamos que nos informem, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qual a previsão de consumo de água mineral do núcleo para o período de 12 meses referente ao exercício de 2022.

A informação será necessária para dar início ao processo de aquisição para o núcleo. Sendo assim, caso não retornem resposta não será iniciado procedimento de aquisição.

Com os votos de elevada estima e consideração e sendo apenas o necessário para o momento.

Respeitosamente,


JOÃO VÍTOR SOUSA DE OLIVEIRA RIOS
Chefe do Departamento de Almojarifado e Patrimônio



DEFENSORIA PÚBLICA
DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Previsão de utilização de água mineral

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional

29 de novembro de 2021

<espigao@defensoria.ro.def.br>

08:16

Para: "Depto. Almoxarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Bom dia!

Estava de folga e retornei no dia de hoje, 29/11.

O consumo de água aqui de Espigão é na média de 180 galões por ano.

Atenciosamente.

Luiz Agnelo

Em seg., 22 de nov. de 2021 às 13:17, Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia

NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE

Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.

CEP: 76974-000

Fone: (69) 3481-1422

Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306

E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br

Site: www.defensoria.ro.def.br



DEFENSORIA PÚBLICA
DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Aquisição de água mineral - COTAÇÕES

4 mensagens

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 9 de dezembro de 2021 13:04
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

Tendo em vista a necessidade de continuidade do procedimento de aquisição de água mineral para o núcleo para o ano de 2022.

Encaminhamos anexo cópia do termo de referência e **FORMULÁRIO DE COTAÇÃO** para que o núcleo verifique empresas locais aptas a fornecerem o produto.

Considerando que trata-se de aquisição por meio de dispensa de licitação, as certidões exigidas serão apenas as do INSS e FGTS.

Pedimos que encaminhem **pelo menos 03 cotações**, sendo que, caso não encontrem pelo menos 03 cotações, nos encaminhem as que conseguirem e informem a impossibilidade de conseguir as outras.

Solicitamos ainda que façam as cotações no prazo de 05 (cinco) dias úteis (até dia 16/12/2021) para que possamos dar continuidade à aquisição.

Atenciosamente,

--

Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP
Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Telefone: (69) 3216-5535

Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel


CEP: 76.820-846 Porto Velho - RO



Seja consciente nas suas ações, pense no futuro melhor para todos!

2 anexos

 **Termo de Referência - agua mineral - ESPIGÃO.docx**
111K

 **COTAÇÃO - ESPIGÃO.docx**
45K

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional
<espigao@defensoria.ro.def.br>
Para: "Depto. Almoxarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

14 de dezembro de 2021
12:54

Bom dia!

Solicito dilação de prazo para mais 30 dias, e em caso de conseguir antes as cotações encaminharemos o mais breve possível.

Atenciosamente,

Luiz Agnelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

Depto. Almojarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 15 de dezembro de 2021 12:29
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

O intuito que tínhamos era de conseguir terminar o procedimento até a segunda quinzena de janeiro de 2022, por isso pedimos as cotações.

O interesse da aquisição é do núcleo de Espigão do Oeste.
Na medida em que o núcleo considere necessária a agilidade na cotação, podem esperar o prazo que solicitaram.

Lembrando que após as cotações ainda há trâmites administrativos até a finalização da aquisição.
Portanto, assim que puderem fazer as cotações nos encaminhem.

At.te,
Tiago Varnou da Silva
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br> 13 de janeiro de 2022 10:09
Para: "Depto. Almojarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Bom dia!
Segue cotações em anexo.

Favor acusar recebimento.

At.te

Luiz Agnelo
[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

5 anexos

1.4.jpg
472K

1.5.jpg
445K

1.2.jpg
476K

1.3.jpg
493K

1.1.jpg
491K



**DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180	14,99	2698,20

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:

13.552.562/0001-90
Comercial de Petróleo Laranjense Ltda.
Av. Sete de Setembro, 1969
Centro - CEP 76.974-000
ESPIGÃO DO OESTE - RO

Local:

espição do Oeste

Responsável pela cotação da
Empresa: *Marcos Defensor*

Valor da Proposta:

2698,20

Data:

12/01/2022

Fone:

3281 2239

Validade da Proposta:

90 (NOVENTA DIAS)

90 dias

Dados Bancários:

cred 515 - 097

96 009

C/C 14996-9

Assinatura:

Prazo de Entrega:

De acordo com solicitação

Servidor da DPE/RO que realizou a cotação:

LUIZ AGUIAR

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180	8,75	1575,00

Carimbo do CNPJ/CPF-ME: 11.166.660/0001-63 RANALHO FIGUEREDO SILVA - ME RUA GEARÁ, Nº 2286 BAIRRO CENTRO - CEP 76.974-000 ESPIGÃO DO OESTE RONDÔNIA	Local: EOE	Responsável pela cotação da Empresa:	Valor da Proposta: 1575,00
	Data: 12-01-22	Fone: 69-3481-3233	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)
	Dados Bancários: Sicoob Ag: 3271 C/C 70203	Assinatura: [Assinatura]	Prazo de Entrega: Imediato
			Servidor da DPE/RO que realizou a cotação: W12 B. VERO

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180	8,50	1530,00

Carimbo do CNPJ/CPF-ME: 07.940.918/0001-60 BV. COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA. - ME Rua da Matriz, 2213 - Centro Cep 76.974-000 ESPIGÃO DO OESTE - RO	Local: Espigão do Oeste	Responsável pela cotação da Empresa: Santo Roberto	Valor da Proposta: R\$ 1530,00 (quinzecentos e trinta reais)
	Data: 12/01/2022	Fone: (69) 3481-2685	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)
	Dados Bancários: BANCO: 755 AG: 3274 CP: 6757-1	Assinatura: 	Prazo de Entrega: Imediato.

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br



**DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180		

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	Valor da Proposta:
	Data:	Fone:	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)
	Dados Bancários:	Assinatura:	Prazo de Entrega:
			Servidor da DPE/RO que realizou a cotação:

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br

A EMPRESA AMAZON GÁS,
AV. 7 DE SETEMBRO, TELEFONE 3481-1700
SE MANIFESTOU PELO NÃO INTERESSE.

11/1/22.

Luiz Agnello Sichevoti Junior
Técnico Administrativo
Matrícula: 300130816



**DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA**

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180	7,00	1260,00

Carimbo do CNPJ/CPF-ME: 38.032.028/0001-83 TOP Distribuidora de Bebidas Ltda Rua Serra Azul 2611 Centro CEP 76.974-000 ESPIGÃO DO OESTE RO	Local: E.O.E - RO	Responsável pela cotação da Empresa: Dusson Silva	Valor da Proposta: R\$ 1260,00
	Data: 06/01/2021	Fone: 69 992326457	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)
	Dados Bancários: Sicoob conta: 86.072-7 Agencia: 327J CNPJ: 38032028000183	Assinatura: Dusson Silva	Prazo de Entrega: Imediato
			Servidor da DPE/RO que realizou a cotação: WIZ ALMEIDA

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almoarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoarifado e Patrimônio

Destino: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Encaminhamos o procedimento para solicitar informações atualizadas quanto a programação orçamentária do exercício financeiro de 2022, para cobrir a despesa pretendida, levando-se em consideração os materiais que pretendem-se adquirir através deste procedimento administrativo: **ÁGUA MINERAL 20 LITROS, mediante DISPENSA de licitação**

Porto Velho, 14 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Varnou Da Silva, Técnico Administrativo**, em 14/01/2022, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0009974** e o código CRC **4187A726**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0009974v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Destino: Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DPOG

Em atendimento à solicitação do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio (0009974), quanto à indicação do programa de trabalho, fonte de recurso e a natureza da despesa para abrigar a pretensa aquisição, informamos que a realização da despesa poderá ser viabilizada pela programação abaixo especificada, de acordo com a Lei n.º 5.246, de 10 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual 2022), publicada no Diário Oficial do Estado - Edição Suplementar n.º 6.1-6, de 11 de janeiro de 2022:

Unidade Orçamentária	30.011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia - FUNDEP		
Programa de Trabalho	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	Produto
30.011.03.122.2046.2182 – Manter o funcionamento da Defensoria Pública do Estado	0230/0630 - Recursos do FUNDEP	3.3.90.30 - Material de consumo	Água mineral

Esclarecemos que a despesa consta no Plano Anual de Compras e Contratações de 2022, conforme disposto na Portaria nº 01/2022/DPG/DPERO.

Contudo, ressaltamos que a programação acima não indica necessariamente a existência de disponibilidade orçamentária, cuja verificação deverá ser realizada após a cotação de preços e obtenção do valor médio da despesa pretendida.

Porto Velho, 14 de janeiro de 2022.

Lidiane Alexandra Grano

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Analista em Administração**, em 14/01/2022, às 11:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0010019** e o código CRC **3E1E1E9F**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0010019v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa
Departamento de Almoarifado e Patrimônio
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL (ESPIGÃO D'OESTE)

1. INTRODUÇÃO

1. Este termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para o processo licitatório, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.
2. A Administração Pública obedecerá, entre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
3. A pretensa aquisição obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520/2002, Decreto Estadual nº 12.205/2006, Lei Complementar nº 123/2006, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993 e outras normas aplicáveis.
4. Assim, elaboramos o presente Termo, o qual contém todas as informações necessárias para dar subsídios à contratação pretendida.

2. OBJETO

1. O presente Termo de Referência visa **aquisição** de água mineral, **mediante Dispensa de Licitação**, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia no núcleo de **ESPIGÃO D'OESTE**, de acordo com as quantidades e especificações descritas na tabela do item 4 deste Termo de Referência. Observando-se as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
2. As quantidades referidas no **item 4.1** deste termo são o quantitativo total dos materiais a serem empenhados.
3. Todas as características referentes à aquisição são parâmetros mínimo exigidos para o fornecimento do material, sendo permitida a oferta de materiais com características superiores, os quais serão avaliados pela Administração.
4. O(s) material(is) deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter amassados ou outras avarias que possam influenciar na sua qualidade, nem prejudiquem o seu armazenamento ou empilhamento. Deverão ser entregues em pleno estado de uso e, ainda, constar a garantia e validade mínima de acordo com o item 4.5 e 4.6 deste termo.
5. O objeto deverá ser adquirido por execução indireta através de empreitada por preço unitário, **mediante fornecimento parcelado**, conforme preceitua o art. 6º, VIII, alínea "B", da Lei nº 8.666/1993.
6. O(s) material(is) a ser(em) adquirido(s) enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, posto que detêm especificações técnicas conhecidas e usualmente utilizadas no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada do particular que pretende contratar com a Administração.
7. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO, para contratação imediata**, com fornecimento de maneira parcelada e pagamento conforme previsto no item 08 deste termo.

3. JUSTIFICATIVA

1. A aquisição dos materiais constantes deste termo justifica-se por:
2. Tendo em vista que procedimentos de licitação anteriores findaram-se fracassados em virtude da falta de interessados em prestar o fornecimento dos materiais nos núcleos do interior do estado, em razão da pouca expressividade de valor do material, da falta de licitantes locais para atenderem a contratação através de procedimento licitatório, do elevado valor que seria necessário para empresas de outras localidades levarem o material até os núcleos do interior.
3. Atualmente, o núcleo não dispõe de contrato de fornecimento de água mineral potável.
4. O material pretendido é comumente fornecido por pequenos comerciantes locais que não participam de procedimento de licitação.
5. A aquisição de água mineral, envasada em galôse de 20 litros, visa manter o fornecimento de água mineral potável para consumo dos servidores, membros e assistidos da Defensoria Pública.
6. Com a aquisição dos objetos previstos, espera-se garantir o bom atendimento e a eficiência das atividades da Defensoria Pública ao assegurar a saúde e conforto dos membros e servidores na execução de suas tarefas e dos assistidos enquanto permanecerem nas dependências da DPE-RO.
7. A demanda total apresentada no item 4.1 deste termo de referência é a estimada para atender o núcleo pelo período de 12 (doze) meses.
8. No item 4.1 encontra-se o quantitativo de materiais que serão adquiridos mediante este processo de Dispensa de Licitação.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1. Todas as características deste termo são parâmetros mínimos exigidos para o fornecimento, sendo permitida a oferta de material(is) com característica(s) superior(es), a ser avaliado pela Administração, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
		UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA ANUAL
01	Água mineral garrafão de 20 litros. Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	Unidade	180

2. Os materiais deverão:

1. Ser próprios para armazenamento de água, estar em ótimo estado de conservação, limpos, sem amassados que comprometam sua integridade, e com rótulo inteiro e legível;
2. Toda composição química deve estar enquadrada nos limites definidos pela ANVISA;
3. Deverão ser observadas as regras da ANVISA para produção e distribuição de água mineral natural, conforme Resolução RDC 173/2006, que trata das "Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e Água Natural", bem como as determinações acerca de: embalagens retornáveis, lavagem das embalagens, carga e descarga, transporte, empilhamento, estabelecimentos comerciais, e outros cuidados com envasamento;
4. Deverá estar gravado nas embalagens ou rótulos a data de envase e a validade do produto;
5. Os produtos deverão estar com fechamento e lacre de acordo com as normas ABNT;
3. O(s) material(is) deverão ser novos, não reconicionados, de primeiro uso e não deverão conter amassados ou outras avarias que prejudiquem o ser armazenamento ou empilhamento. Deverão ser entregues em pleno estado de uso.
4. O objeto será fornecido **de forma parcelada**, conforme preceitua o art. 6º, III da Lei nº 8.666/1993, de acordo com as quantidades que forem solicitadas.
5. GARANTIA
 1. A(s) contratada(s) está(ão) obrigada(s) a fornecer(em) serviço de garantia pelo prazo estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, a ser prestado de acordo com as seguintes condições, a serem observadas durante toda a vigência da garantia.
 2. Durante todo o período de garantia deverá ser procedida à troca dos materiais que apresentem características que os tornem impróprios para o consumo, tais como presença de corpos estranhos, lodo, coloração alterada, odores, etc. Desde que tais características não sejam em

razão da má conservação realizada pela Contratante.

3. A garantia prevista no item anterior não se confunde com a validade dos garrafões (embalagem) de água mineral.
4. A comprovação deverá ocorrer através de documentação de domínio público ou declaração do fornecedor ou do fabricante.
5. Todos os componentes dos materiais tais como lacres, invólucros, embalagens e demais componentes devem ser do próprio fabricante ou estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda total ou parcial da garantia quando solicitada.
6. O atendimento do(s) chamado(s) deverá(ão) ser no horário das 07h30min às 13h30min.
7. Caso seja detectado material defeituoso o prazo para troca deverá ser de no máximo 2 (dois) dias úteis, ficando a cargo da(s) Contratada(s) todas as eventuais despesas referentes à retirada, envio e transporte de materiais substituídos.
8. Caso os prazos mencionados não estejam expressamente indicados nas propostas, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.

6. VALIDADE

1. Os garrafões (embalagem) de água mineral 20 litros deverão ter, no mínimo, 01 (um) ano de validade, contado a partir do recebimento pela Defensoria Pública.
2. A validade do conteúdo dos Garrafões de água mineral deverá ser de no mínimo 02 (dois) meses.
3. Os garrafões (embalagem) serão cedidos em regime de comodato para a DPE/RO.

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

1. O(s) material(is) deverá(ão) ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste termo, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.
2. A Nota de Empenho será encaminhada à(s) Contratada(s) via e-mail. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do ser teor pelo destinatário, na ausência de confirmação de leitura a comunicação será considerada válida na data do término do prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do seu envio.
3. **Do prazo de entrega:** O(s) material(is) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, após a entrega da ordem de serviço emitida por servidor designado como fiscal.
 1. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/1993, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensej-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
4. **Do local de entrega:** O(s) material(is) será(ão) entregue(s) de segunda a sexta-feira das 07h30min às 13h30min, no seguinte **endereço:** AV.:RIO GRANDE DO SUL Nº 2652, BAIRRO: CENTRO, CEP: 76.974-000, **ESPIGÃO D'OESTE**.

6. RECEBIMENTO

1. O recebimento do(s) material(is) se dará(ão) da seguinte forma:
 1. **Provisoriamente**, no prazo de 1(um) dia útil a partir da entrega do material, mediante termo de recebimento provisório (Anexo A) para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, atos que ficarão a cargo do responsável pelo acompanhamento e fiscalização.
 1. A conferência do(s) material(is) no momento da entrega será realizada com base na lista dos materiais descritos na(s) Nota(s) Fiscal(is) a ser(em) fornecida no ato da entrega, detalhando claramente todas as partes integrantes do(s) material(is). Este detalhamento não poderá ser feito por códigos, e sim pela descrição de cada material e/ou equipamento, com a respectiva quantidade.
 2. **Definitivamente**, após, constatada a qualidade, quantidade e conformidade com o procedimento licitatório do objeto pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo (Anexo B).
 3. **O recebimento definitivo** deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) dia útil, contados do recebimento provisório, observadas as condições acima.
 4. É facultada a presença da(s) Contratada(s) durante todo o procedimento de recebimento definitivo do(s) material(is) .
 5. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) responsável(is) pelo transporte e despesas com carga e descarga dos objetos deste termo até a entrega nas dependências da DPE/RO.
 6. O(s) volume(s) contendo o(s) material(is) deverá(ão) estar identificado(s) externamente com os dados constantes da(s) Nota(s) Fiscal(is), na qual deverá(ão) constar necessariamente o número de série de todo(s) o(s) material(is) que estiver(em) sendo entregue(s).
 7. Aceito(s) o(s) material(is), será procedido o atesto na(s) Nota(s) Fiscal(is), autorizando o pagamento .
 8. O(s) material(is) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos em um prazo não superior a 02 (dois) dias corridos, às custas da(s) Contratada(s), a contar da sua notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 9. Caso o objeto seja REJEITADO, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.
 10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do(s) material(is), nem ético-profissional pela perfeita execução, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Instrumento Contratual.
 11. Em conformidade com o art. 76 da Lei nº 8.666/1993, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da lei supramencionada.
 12. Em caso de dúvida sobre a autenticidade do(s) material(is), a(s) Contratada(s) se compromete(m) a arcar com os custos dos testes de originalidade, a serem realizados nos laboratórios dos próprios fabricantes, ou não sendo possível, em outro escolhido de comum acordo entre as partes

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. DA(S) CONTRATADA(S):

1. Fornecer o(s) material(is) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas, mantendo-o(s) sempre em perfeita ordem, arcando com os ônus necessários à completa entrega do(s) material(is), se necessário substituir todo e qualquer material não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional, bem como assumir inteira responsabilidade pela entrega do(s) material(is) que fornecer.
2. Cumprir todos os prazos estipulados para entrega do(s) material(is), substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.
3. Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greves ou paralisações de qualquer natureza.
4. Entregar o(s) material(is) dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações exigidas pela boa técnica.
5. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência.
6. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) material(is) até o local de entrega.
7. Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega do(s) material(is), para adoção de medidas cabíveis.
8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento.
9. Manter durante toda a vigência da Ata/Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
10. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem, ainda, assegurar os direitos, inclusive quanto aos preços praticados.
11. Fornecer e utilizar, sob sua inteira responsabilidade, a competente e indispensável mão de obra habilitada, selecionada e necessária, atendidas, sempre e regularmente, todas as exigências legais pertinentes, como ônus trabalhistas, encargos sociais, tributos, indenizações e seguro contra acidentes.
12. Responder pelas despesas resultantes e de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus

empregados e prepostos.

13. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega do(s) material(is), tais como salários, seguro contra acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-transportes, vales-refeições e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
14. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
15. Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar por danos materiais e/ou pessoais decorrentes de erro na entrega do(s) material(is), objeto do presente termo, que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, sem quaisquer ônus para a Contratante.
16. Providenciar a identificação individual de seus empregados que transitem nas dependências da Contratante, quando em atividade na execução do objeto contratado, através de uniforme e/ou crachá.
17. Garantir a titularidade de todo e qualquer direito de propriedade industrial envolvido nos bens e peças, assumindo a responsabilidade por eventuais ações e/ou reclamações, de modo a assegurar a Contratante a plena utilização dos bens adquiridos ou a respectiva indenização.
18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
19. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.
20. Atender prontamente às exigências da DPE/RO inerentes ao objeto da Ata/Contrato.
21. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades deste objeto, sem prévia autorização da Contratante.
22. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela DPE/RO.
23. Responsabilizar-se pela troca dos garraões de água mineral mesmo se expirado o seu prazo de validade, em conformidade com a Nota Técnica nº 61/2010-CGAJ/DPDC/SDE, proveniente do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.
24. Fornecer o(s) material(is) dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis, principalmente a Portaria nº 387/2008 do Departamento Nacional de Produção Mineral (alterada pela portaria nº 358/2009), pela ABNT NBR 14222:2005- *Embalagem plástica para água mineral e de mesa- Garraão retornável – Requisitos e métodos de ensaio* ; e ABNT NBR 14328:1999- *Embalagem plástica para água mineral e de mesa - Tampa para garraão retornável - Requisitos e métodos de ensaio* . Além de observar as recomendações exigidas pela boa técnica.

2. DA CONTRATANTE:

1. Acompanhar e a fiscalizar a entrega do(s) objeto(s) deste termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte da(s) Contratada(s).
2. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela(s) Contratada(s).
3. Proporcionar todas as facilidades para que a(s) Contratada(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
4. Pagar a(s) Contratada(s) o valor resultante do fornecimento do(s) material(is), na forma estabelecida neste termo.
5. Notificar a(s) Contratada(s), por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no(s) material(is) entregue(s), para que seja(m) substituído(s) ou corrigido(s).
6. Indicar os locais e horários em que deverá (ão) ser entregue(s) o(s) material(is).
7. Permitir aos empregados da(s) Contratada(s) acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.
8. Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pela(s) Contratada(s).
9. Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.
10. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos.
11. Realizar rigorosa conferência das características do(s) material(is) entregue(s), pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.
12. Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s).
13. Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) que a(s) Contratada(s) entregar(em) fora das especificações.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado **de acordo com que ocorrerem as entregas em parcelas correspondentes ao efetivamente executado**, ou seja, quando o núcleo realizar solicitação de material e o fornecedor efetivamente realizar a entrega, **ocorrerá o devido pagamento do que houver sido entregue**.
2. O pagamento será efetivado através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela(s) Contratada(s), à vista da Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) por ela(s) apresentada(s), que deverá ser entregue na Diretoria Administrativa, no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis** para os valores de até **R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)** e, acima desse valor, no prazo de **até 30 (trinta) dias** após o adimplemento das obrigações da contratada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos, conforme o art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/1993.
3. **A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com a respectiva ordem de serviço**, sendo efetuado o pagamento apenas do material efetivamente entregue, abatendo-se o saldo da nota de empenho correspondente à contratação.
4. A(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) deve(m) ser emitida(s) em 02 (duas) vias, devendo conter em corpo a descrição do objeto, o número da conta bancária da(s) Contratada(s), acompanhada de toda a documentação necessária à comprovação de que a(s) Contratada(s) mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame licitatório.
5. A atestação da(s) Fatura(s) ou Nota(s) Fiscal(is) caberá ao fiscal do Contrato, desde que o(s) material(is) esteja(m) em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável à(s) Contratada(s).
6. O recebimento (aceite) e certificação da(s) Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s), neste ato específico ficará a cargo do fiscal, de acordo com o art. 40 do Decreto Federal nº 93.872/1986.
7. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal(is) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese a DPE/RO poderá pagar apenas a parcela não controversa com as devidas justificativas (neste caso a DPE/RO terá um prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento, para efetuar a análise e o pagamento).
8. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), não acarretando qualquer ônus para a DPE/RO.
9. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
10. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a DPE/RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.
11. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que regularizados.
12. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a(s) Contratada(s) não tenha(m) concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,000164384, assim apurado:

$$I = (TX)/365 \text{ I} = \{(6/100)/365\} \text{ I} = 0,000164384$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

1. O valor orçado para a pretensa aquisição constará de Planilha Mercadológica produzida com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.
2. Os recursos orçamentários para dar cobertura à realização da despesa estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, exercício 2022, por meio da programação: **30.011.03.122.2046.2182**; natureza da despesa: **3.3.90.30**; fonte: 0230/0630; unidade orçamentária: **30.011 - Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia**.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A(s) Contratada(s) que, sem justa causa, não cumprir(em) as obrigações assumidas ou infringir(em) os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie:
 1. **Advertência.**
 2. **Multa moratória, nos seguintes percentuais:**
 1. No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
 2. Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
 3. No caso de atraso injustificado na substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
 4. Na hipótese de atraso injustificado na substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;
 5. Em caso de reincidência no atraso de que tratam as letras "a", "b" e "c" quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
 6. Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas letras "a" e "b", poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no subitem III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
 3. **Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:**
 1. Pelo descumprimento total, 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;
 2. Pelo descumprimento parcial, até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida - aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
 3. Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante.
 4. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, prevista no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/1993, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
 5. **Impedimento de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia e descredenciamento do SICAF**, previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
 6. **Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública**, prevista no art. 87, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993.
2. Incidirá também na sanção prevista no subitem 10.1.5 acima os integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública, nos termos do art. 49, § 1º do Decreto 10.024/2019.
3. Incidirá também na sanção prevista no subitem 10.1.5 acima a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação ou, quando for o caso, a nova Planilha de Custos e Formação de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.
4. A sanção prevista no subitem I será aplicada pelo fiscal do contrato, as sanções dos subitens II e III serão aplicadas pelo(a) Secretária-Geral de Administração e Finanças e as sanções dos subitens IV, V e VI serão aplicadas pelo Defensor Público-Geral do Estado.
5. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada a defesa prévia ao interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação para as sanções previstas nos subitens I, II e III acima e de 10 (dez) dias para a dos subitens IV, V e VI.
6. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. Nos casos previstos nos incisos IV, V e VI, serão, também, incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.
7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a(s) Contratada(s) fizer(em) jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da(s) Contratada(s), o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
8. As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas separada ou conjuntamente.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata/Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação do(s) serviço(s) e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do objeto, devendo ser exercido "in loco" pela chefia de núcleo na comarca, ao qual caberá prestar as informações necessárias sobre a prestação de serviços e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados, além de observar o Regulamento nº 021/2018/DPG/DPE/RO.
2. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:
 1. Exigir da(s) Contratada(s) o fiel cumprimento do objeto da Ata/Contrato, de acordo com as especificações contidas no edital e termo de referência, assim como o pronto atendimento das solicitações;
 2. Estando os materiais em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata/Contrato ou setor responsável e enviados ao setor competente para o devido pagamento;
 3. Em caso de não conformidade, a(s) Contratada(s) será(ão) notificada(s) por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, no que couber.
3. Compete ao fiscal as seguintes atividades, sem prejuízo de outras que lhes sejam conferidas em leis ou regulamentos:

1. Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais, acompanhar a execução do objeto contratual, proceder medições e formalizar atestações, bem como antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual e esclarecer dúvidas da Contratada, encaminhando às áreas correspondentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
 2. Manter cópia do termo contratual e de todos os aditivos, se existentes, do edital da licitação, da especificação técnica, do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, da proposta da Contratada, juntamente com outros documentos que possam dirimir dúvidas originárias do cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
 3. Conhecer o teor do instrumento contratual sob sua responsabilidade, bem como a legislação e as normas pertinentes ao objeto, e anotar em registro próprio e no sistema eletrônico de controle de contratos todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
 4. Orientar a Contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do contrato, levando ao seu conhecimento situações temerárias ou em desconformidade com as cláusulas contratuais, e advertindo-a recomendando medidas corretivas, sempre por escrito, com prova do recebimento e estabelecendo prazo de solução;
 5. Controlar os prazos de entrega e/ou de execução, adotando as providências cabíveis, inclusive notificando a Contratada acerca do atraso injustificado, fixando data-limite para o cumprimento da obrigação e esclarecendo sobre possível penalidade;
 6. Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua responsabilidade e encaminhando ao Gestor do Contrato aquelas que fugirem de sua competência;
 7. Receber, provisoriamente ou definitivamente, o objeto do contrato, no prazo estabelecido e mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, ou rejeitar, no todo ou em parte, o recebimento de bens e serviços em desacordo com as especificações do objeto contratado, registrando nos autos, salvo quando o recebimento for de responsabilidade de comissão ou servidor especialmente designados;
 8. Levar ao conhecimento do Gestor do Contrato sobre a necessidade de suspensão provisória da execução do Contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precise ser sanada, bem como levar ao conhecimento do Gestor do Contrato a notícia sobre indícios de crimes de que tenha conhecimento em razão do ofício ou de situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores;
 9. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado, os quais podem ser solicitados tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela administração ou pelo contratado na postulação dos seus direitos e na defesa dos seus interesses;
 10. Diligenciar pela apresentação da documentação necessária à instrução processual quando o fiscal do contrato não estiver localizado na Sede da Defensoria Pública ou quando o objeto do contrato possuir complexidade, a exemplo dos contratos de cessão de mão-de-obra;
 11. Indicar ao Gestor que efetue glosas por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
 12. Analisar e certificar as notas fiscais/faturas enviadas pela Contratada, atestando a execução parcial ou total do serviço e verificando a regularidade fiscal e trabalhista antes de encaminhar para pagamento, juntando os comprovantes ao feito correspondente;
 13. Prestar orientação, sugerir diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato solicitadas pelo Gestor, pelo contratado ou pelo Controle Interno;
 14. Fiscalizar in loco a efetiva execução do objeto em consonância com os termos contratuais pactuados, tendo como parâmetro o atingimento dos objetivos da aquisição, verificando o cumprimento das disposições contratuais técnicas em todos os seus aspectos e confirmando as medições dos serviços realizados, do cronograma de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção;
 15. Solicitar ao Gestor do Contrato, justificadamente, os meios materiais e logísticos essenciais ao cumprimento do ofício;
 16. Identificar e avaliar as situações de risco do contrato levando-as à ciência do Gestor do Contrato, quando a gravidade assim exigir;
 17. Informar ao Gestor do Contrato sobre seus afastamentos legais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que se possa providenciar sua devida substituição legal, caso haja concomitância de afastamento entre o fiscal titular e o suplente.
4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) Contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material(is) inadequado(s) ou de qualidade(s) inferior(es), e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12. PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

1. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com o instrumento convocatório, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando os preços unitários e o valor global da proposta;
2. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo quando requerido pela DPE/RO, suas substituições.
3. No preço ofertado estarão incluídos também os custos indiretos sobre o fornecimento do objeto, tais como: seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições sociais, indenizações, etc., inclusive despesas com transporte para entregas no local indicado no presente Termo de referência.
4. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. Por tratar-se de aquisição que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados.
2. Na presente contratação, de acordo com o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.012/95, bem como o disposto no art. 20, § 1º do Regulamento nº 011/2017-GAB/DPE-RO, as exigências limitam-se à comprovação tão somente de:
 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito/CND;
 2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/ CRF

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Ao expor claramente a motivação para realizar a aquisição do(s) material(is), a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende evidenciar o ato administrativo revestidos de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz e célere de acordo com o art. 4º do Decreto Federal nº 3.555/2000.

Porto Velho-RO, 14 de janeiro de 2022.

ANEXO - A

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

IDENTIFICAÇÃO:

Termo de Recebimento Provisório Data:

Contrato nº: _____ **Vigência do Contrato:** _____

Contratada: _____ **Prazo:** _____

Objeto: _____

Valor do contrato: _____ **Fiscal:** _____

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos o recebimento provisório do objeto a que se refere o contrato em epígrafe, nos termos indicados abaixo:

Condições de recebimento

1- A obrigação foi cumprida:	2 – Foi entregue:
No prazo	Na quantidade exigida
Fora do prazo (Data ___/___/___)	Em quantidade irregular
Integralmente	Outras observações:

Parcialmente, tendo em vista o seguinte: _____

_____, ____ de _____ de 20 ____.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa

ANEXO - B

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO:

Termo de Recebimento Definitivo Data:

Contrato nº: _____ **Vigência do Contrato:** _____

Contratada: _____ **Prazo:** _____

Objeto: _____

Valor do contrato: _____ **Fiscal:** _____

Pelo presente, declaramos, em caráter definitivo, a fiel e perfeita execução do objeto a que se refere o instrumento acima identificado, emitindo o presente **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, com eficácia liberatória de todas as obrigações do contratado, exceto as garantias legais (art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/1993), bem como autorizamos a restituição de todas as garantias e/ou caução prestadas.

_____, ____ de _____ de 20____.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome Completo

Cargo

De acordo:

NOME DA EMPRESA

Nome Completo

Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 14/01/2022, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0010092** e o código CRC **8647A372**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Destino: Departamento de Aquisições

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Com o intuito de dar prosseguimento à presente contratação e considerando apontamentos provenientes da Assessoria Jurídica em procedimentos similares, procedemos de antemão aos seguintes esclarecimentos.

Aquisições por localidade

Optou-se por realizar a aquisição por localidade pelas seguintes razões.

O material é comumente fornecido por pequenos estabelecimentos que não têm capilaridade em diversas cidades; o custo para que um fornecedor de uma cidade entregue em outra cidade é muito elevado;

Com a aquisição por localidade não se restringe desnecessariamente a possibilidade de fornecedores.

Durante procedimento de licitação não houve interessados. Ocorre que, caso uma empresa quisesse fornecer em apenas uma cidade ou nas cidades vizinhas, poderia ter feito sua oferta normalmente, mesmo com a licitação separada por cidade. Já se fosse realizada licitação por grupos de cidades, ocorreria automaticamente a exclusão de fornecedores locais que não têm interesse em fornecer nas cidades vizinhas. De tudo isso, mesmo com a licitação por localidade não houve interessados.

O fracionamento de uma aquisição não deve ser realizado quando se estiver diante de um fracionamento indevido de despesas. Ocorre que o fracionamento por localidade não é, desse modo, indevido, pelo contrário, é o mais correto a se fazer pelas peculiaridades do objeto. O agrupamento em lotes é que seria uma limitação indevida à competição. Aquele que tivesse interesse em fornecer para cidades vizinhas poderia muito bem tê-lo feito mesmo com a licitação por localidade.

Observa-se que até mesmo para conseguir interessados na dispensa de licitação na própria cidade já há dificuldade, muitas vezes por razões documentais, sendo que seria muito mais difícil encontrar uma única empresa que atendesse mais de uma cidade.

Como dito, é comum que o material seja fornecido por pequenos estabelecimentos locais.

Foi corretamente apontado pela ASSEJUR que o simples fato de outros órgãos realizarem a aquisição de água mineral no interior do Estado por dispensa de licitação não é justificativa para que a DPE-RO o faça. No entanto, é esse um forte indício de que todos os órgãos enfrentam a mesma dificuldade de aquisição desse objeto fora da capital. Fator que somado às tentativas de aquisição mediante licitações que não foram frutíferas por falta de interessados (tanto é que a licitação na capital foi feita nos mesmos moldes e obteve contratação frutífera), somados ainda à pouca expressividade dos valores são pontos que demonstram a necessidade de aquisição mediante dispensa de licitação.

Fornecimento parcelado e forma de pagamento

O pagamento é feito à medida em que ocorre o atendimento às ordens de entrega (conforme descrito no item abaixo). Sendo liquidado e pago o montante da nota de empenho conforme ocorrem as entregas e consequente emissão de nota fiscal (conforme itens 2.7, 8.1, 8.2 e 8.3 do termo de referência).

Entrega mediante bloco de requisições

Foi sugerido para que o DAP verificasse a pertinência de a aquisição ser executada mediante “bloco de requisições” que nada mais é que um controle do que é entregue para subsidiar a contabilização do fornecimento com vistas à emissão de nota fiscal para suprir determinado período, ou seja, realiza-se entregas parciais do solicitado e registra-se essas entregas com requisições personalizadas (blocos), tais requisições são depois contabilizadas para emissão de nota fiscal.

Ocorre que a DPE já teve experiência com contratação similar e encontrou dificuldades com o gerenciamento das entregas e respectivos pagamentos. Assim, optou-se por alterar a forma de entrega para adaptar o procedimento às particularidades e necessidades da DPE.

Diante disso, nos procedimentos atuais, ao invés de uma requisição do bloco é emitida uma ordem de fornecimento com a quantidade e descrição do material. Quando ocorre a entrega do material (já com a respectiva nota fiscal), faz-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo. Caso o fornecimento tenha sido em conformidade com o requisitado é então realizado o procedimento de pagamento do que foi entregue. Liquidando-se parcialmente a nota de empenho.

Procedendo desta forma, o processo administrativo de execução contratual fica sempre instruído com os documentos necessários para contabilizações de saldos e prazos. Já com os blocos de requisição, por se tratarem de notas avulsas e de pequeno tamanho, ocorre maior

dificuldade de controle e instrução processual. Além do fato de os blocos de requisição serem um custo a mais na execução que afasta o interesse de fornecedores locais interessados.

Desse modo, como o fornecimento é realizado em quantidade já suficiente para suprir o núcleo por cerca de 01 à 02 meses, é de imediato providenciado o procedimento de pagamento e controle do saldo direto da nota de empenho, não sendo necessário controlar pequenas entregas durante determinado período para só depois emitir nota fiscal, diminuindo assim os riscos de erro.

Termo de Contrato

Tendo em vista que a contratação promoverá obrigações futuras (período de 12 meses), conforme orientação jurídica, faz-se necessário a confecção de termo de contrato para orientar a contratação, tendo por base as definições do termo de referência.

Exercício financeiro

A aquisição de dá para **atender somente o exercício financeiro de 2022**.

Assim, consta no item 9 do termo de referência que a aquisição se dará para atender ao exercício financeiro de 2022.

As quantidade foram definidas conforme informação do núcleo (0004468, 0009968).

Foi então elaborado o termo de referência 11/2022 (0010092) para abrigar a presente aquisição e realizada cotação de preços junto à fornecedores locais (0009970).

Assim, sendo essas as informações e esclarecimentos juntamente com as informações trazidas no termo de referência (0010092), encaminhamos o procedimento para solicitar apoio na confecção de planilha mercadológica e, caso necessário, ampliação da pesquisa de preços. Após que os autos sejam encaminhados à Secretaria-Geral de Administração e Planejamento para aprovação do termo de referência e planilha de preços, bem como deliberação acerca da continuidade da presente aquisição mediante dispensa de licitação.

Atenciosamente

Porto Velho, 14 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 14/01/2022, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0010099** e o código CRC **84581BEF**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÃO

PROCESSO Nº 3001.100486.2021/DPE-RO - AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COMERCIAL DE PETROLEO LARANJENSE	RAMALHO FIGUEIREDO	BV COMERCIO DE ALIMENTOS	TOP DISTRIBUIDORA	QUANT.	PREÇO MÉDIO	TOTAL
1	ÁGUA MINERAL - ESPIGÃO DO OESTE	R\$ 14,99	R\$ 8,75	R\$ 8,50	R\$ 7,00	180	R\$ 9,81	R\$ 1.765,80
TOTAL								R\$ 1.765,80

COEF. DE VARIAÇÃO	DESVIO PADRÃO	LIMITE SUPERIOR	LIMITE INFERIOR
36,07%	R\$ 3,54	R\$ 13,35	R\$ 6,27

Obs. 1: Os preços utilizados para elaboração da planilha foram extraídos de cotações realizadas pelo Departamento de Almoarifado e Patrimônio em conjunto com os servidores do núcleo.

Obs. 2: O limite aceitável do coeficiente de variação para considerar os valores homogêneos é de até 25%(vinte e cinco) por cento, de acordo com o Guia de orientação sobre a Instrução Normativa nº IN 5/2014 do Compras governamentais e o Manual de Orientação de pesquisa de Preços do STJ.

Porto Velho/RO, 18 de Janeiro de 2022.

Claudia Santos Mendonça
Departamento de Aquisição - DPE/RO



TERÇA-FEIRA

As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

Bom dia 09:45 ✓✓

alguma novidade sobre a certidão? 09:45 ✓✓

Bom dia 11:04

Um minuto vou verificar com a contadora 11:04

ta bom. 11:05 ✓✓



Tranquilo. 11:37 ✓✓

ONTEM

Boa tarde 12:57 ✓✓

Boa tarde 14:26

Será que já saí a certidão hoje? 14:27 ✓✓

Saiu sim 14:41

Tudo ok já 14:41

Q bom 14:49 ✓✓



esse contato é do responsável da empresa top distribuidora de bebidas ?

Sim

10:09

Meu nome é Claudia, falo da defensoria publica do estado, vc forneceu uma cotação de preços para agua mineral

10:10 ✓

estou fazendo juntada de documentos para dar continuidade ao processo de aquisição, porem sua certidão Federal esta vencida, você tem ela impressa vigente?

10:11 ✓

Um minuto

10:11

Vou verificar com o contador

10:11

tranquilo.

10:12 ✓

ONTEM

Bom dia

09:43 ✓

Bom dia

10:05

sobre a regularização da certidão federal?

10:14 ✓

Todas as taxas estão pagas

10:16

Só estou esperando o prazo para regularização

10:16

entendi

10:27 ✓

vc sabe me dizer qual esse prazo?

10:27 ✓

5 dias úteis

10:29

ok

10:31 ✓



Bom dia 10:08 ✓✓

esse contato é do responsável da empresa top distribuidora de bebidas ?

10:09 ✓✓

Bom dia 10:09

Você

esse contato é do responsável da empresa top distribuidora de bebidas ?

Sim

10:09

Meu nome é Claudia, falo da defensoria publica do estado, vc forneceu uma cotação de preços para agua mineral

10:10 ✓✓

estou fazendo juntada de documentos para dar continuidade ao processo de aquisição, porem sua certidão Federal esta vencida, você tem ela impressa vigente?

10:11 ✓✓

Um minuto 10:11

Vou verificar com o contador 10:11

tranquilo. 10:12 ✓✓

ONTEM

Bom dia 09:43 ✓✓

Bom dia 10:05

sobre a regularização da certidão federal? 10:14 ✓✓

Todas as taxas estão pagas 10:16

Só estou esperando o prazo para regularização 10:16



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Diretoria Administrativa

Departamento de Aquisições

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Destino: Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAQ

Em atenção a informação 0010099 este departamento elaborou planilha mercadologica 0010695 conforme cotações de preços enviadas pelo departamento de almoxarido e patrimonio 0009970. O preço medio foi de R\$ 1.765,80 (mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

No momento de pesquisa quanto a regularidade fiscal verificou-se que a empresa que apresentou o menor preço, estava irregular quanto a certidão federal, entramos em contato via whatsapp 0013680 com a mesma para regularização, a qual informou que precisaria de 5 (cinco) dias uteis, por este motivo o processo ficou sobrestado aguardando o prazo solicitado.

Na possibilidade de dispensa de licitação, encaminhamos as certidoes da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA 0013689.

Contudo, encaminhamos o processo para a Secretaria Geral de Administração e Planejamento para análise de deliberação.

Claudia Santos Mendonça

Departamento de aquisições

Porto Velho, 27 de janeiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Santos Mendonca, Chefe de Departamento**, em 27/01/2022, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0013681** e o código CRC **350ECA61**.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
CNPJ: 38.032.028/0001-83

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:29:23 do dia 26/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/07/2022.

Código de controle da certidão: **CC5A.6E8C.B2DF.D288**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.032.028/0001-83
Razão Social: SUELI FERREIRA DA COSTA
Endereço: RUA SERRA AZUL 2211 / CENTRO / / / 76974-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/12/2021 a 29/01/2022

Certificação Número: 2021123103351938391979

Informação obtida em 18/01/2022 10:59:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 38.032.028/0001-83

Certidão nº: 1801719/2022

Expedição: 18/01/2022, às 11:01:10

Validade: 16/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **38.032.028/0001-83**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 38.032.028/0001-83

Razão social:

Nome fantasia:

Resultado da consulta em 27/01/2022 08:55:14

Consulte o [Histórico do Empregador](#)

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão D'Oeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Destino: Departamento de Contabilidade

DESPACHO - SGAP

Vistos.

Considerando os documentos acostados aos autos, **APROVO** o Termo de Referência nº 11/2022 (id.0010092), porquanto presentes os elementos exigidos pela legislação vigente (Decreto n. 10.024/2019).[\[1\]](#)

Considerando a aparente possibilidade de realização da despesa mediante contratação direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, encaminhem-se os autos ao **Departamento de Contabilidade** para que informe quanto à efetivação de despesas da mesma natureza no presente exercício.

Em seguida, à **Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão** para emissão de pré-empenho no valor ofertado pela empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA.

Após, à **Comissão Permanente de Compras e Licitação** para elaboração de justificativa concernente à dispensa de licitação, caso presente hipótese ensejadora.

Posteriormente, à **Assessoria Jurídica** para análise da legalidade do procedimento em tela.

Por fim, ao **Controle Interno** para análise de conformidade.

[\[1\]](#) A definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução; o valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado (id. 0010695); cronograma físico-financeiro (não aplicável); critério de aceitação do objeto; os deveres do contratado e do contratante; a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária; os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços; o prazo para execução do contrato; e as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

Porto Velho, 27 de janeiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 27/01/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0013924** e o código CRC **5DE54211**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0013924v3



Listar Nota Empenho Célula - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro | sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2022/ORC/ORCListarNotaEmpenhoCelula.aspx?CdTransacao=523

Listar Nota Empenho Célula

* Unidade Gestora / Gestão: 300001 00001 ? **Confirmar**

* Data Início: 01/01/2022 ? * Data Término: 27/01/2022 ?

Unidade Orçamentária: ? Subação: ?

Fonte Recurso: ? Natureza Despesa: 33.90.30.07 ?

Número	Evento	Célula Orçamentária	Valor

* Preenchimento obrigatório

Não há registros a serem listados.

Imprimir **Limpar** **Ajuda** **Fechar**

Listar Nota Empenho Célula - SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - Google Chrome

Não seguro | sigef.sefin.ro.gov.br/SIGEF2022/ORC/ORCListarNotaEmpenhoCelula.aspx?CdTransacao=523

Listar Nota Empenho Célula

* Unidade Gestora / Gestão: 300011 30011 ? **Confirmar**

* Data Início: 01/01/2022 ? * Data Término: 27/01/2022 ?

Unidade Orçamentária: ? Subação: ?

Fonte Recurso: ? Natureza Despesa: 33.90.30.07 ?

Número	Evento	Célula Orçamentária	Valor
2022NE000005	400013 RC09-Emissão de Empenho da ...	30011 218201 0.2.30.000000 33.90.30.07	2.880,00
TOTAL			2.880,00

* Preenchimento obrigatório

Imprimir **Limpar** **Ajuda** **Fechar**



Unidade Gestora 300011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Número 2022NE000005	Data Referência 19/01/2022				
Gestão 30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Processo 3001.100483.2021	Nota Empenho Original				
Evento 400013 RC09-Emissão de Empenho da Despesa Pré-Empenhada	Referência Legal Lei 8666/93 art.24	Pré-Empenho 2022PE000001				
Credor 34.455.194/0001-31 V DO NASCIMENTO SOUZA	Modalidade Empenho Global	Empenho Centralizado Não				
Endereço Credor AVENIDA MALAQUITA NOVO HORIZONTE - - CACOAL - RO - 76962026	Valor 2.880,00 (Dois Mil Oitocentos e Oitenta Reais)					
Grupo Programação Financeira 330 Outras Despesas Correntes - Material de Consumo	Tipo Prestação Contas	Tipo Contrato Outros				
Modalidade Licitação 06 Dispensa de Licitação	Transação 0540 Nota Empenho	Obedece Ordem Cronológica Sim				
Complemento						
Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito	Nota Descentralização Crédito					
Gestão Nota Descentralização Crédito	Contrato					
Histórico						
VALOR QUE SE EMPENHA PARA COBRIR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL GALÃO (20 LITROS) CONFORME ESPECIFICAÇÃO DE QUANTIDADE ABAIXO: VALOR UNITARIO R\$ 7,50 QUANTIDADE MENSAL: 32 GALÕES QUANTIDADE ANUAL: 384 TOTALIZANDO VALOR EM R\$ 2.880,00 (dois mil oitocentos e oitenta reais).						
Entrega						
Data	Prazo	Limite				
Classificação Orçamentária						
Esfera Fiscal	Unidade Orçamentária 30011	Programa Trabalho 03 122 2046 2182 218201				
Função 03 Essencial à Justiça		Subfunção 122 Administração Geral				
Programa 2046 GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNDEP		Ação 2182 MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				
Subação 218201 MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		Fonte Recurso 0.2.30.000000 0.230 - Recursos Destinados ao FUNDEP				
Natureza Despesa 33.90.30.07 GENEROS DE ALIMENTACAO						
Cronograma Desembolso						
Janeiro 240,00	Fevereiro 240,00	Março 240,00				
Abril 240,00	Maiο 240,00	Junho 240,00				
Julho 240,00	Agosto 240,00	Setembro 240,00				
Outubro 240,00	Novembro 240,00	Dezembro 240,00				
Descrição Itens						
Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA



ESTADO DE RONDÔNIA

Nota Empenho

Ano Base: 2022

Unidade Gestora 300011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Número 2022NE000005	Data Referência 19/01/2022
Gestão 30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Processo 3001.100483.2021	Nota Empenho Original
Evento 400013 RC09-Emissão de Empenho da Despesa Pré-Empenhada	Referência Legal Lei 8666/93 art.24	Pré-Empenho 2022PE000001
Credor 34.455.194/0001-31 V DO NASCIMENTO SOUZA	Modalidade Empenho Global	Empenho Centralizado Não
Endereço Credor AVENIDA MALAQUITA NOVO HORIZONTE - - CACOAL - RO - 76962026	Valor 2.880,00 (Dois Mil Oitocentos e Oitenta Reais)	

Beatriz de Andrade Chaves Ordenador Primário	Geovany Pedraza Freitas Ordenador Secundário
--	--



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Diretoria de Finanças

Departamento de Contabilidade

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo SEI nº: 3001.100486.2021/DPE-RO

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, Diretoria Administrativa

Destino: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - DPOG

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DFIN/SGAP-DFIN-DCONT

INFORMAÇÃO ^[1]

Considerando que a contabilidade procurou bem informar, seguindo para tanto, a **essência ao invés da forma** ^[2] e buscando a consecução de seus objetivos: demonstrar o patrimônio e controlar o orçamento.

Este Departamento de Contabilidade realizou a verificação no Sistema SIGEF pelo comando LISTAR NOTA EMPENHO CÉLULA (ID 0014010), filtrando pela seguinte natureza de despesa:

- Natureza **3.3.90.30** (Material de Consumo) subelemento **07**: Gêneros de Alimentação.

Informamos que até a presente data, para o exercício financeiro de 2022 na UG - 300001 – DPE **não há** empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento em questão. Já para a UG - 300011 – FUNDEP, **há** o empenho emitido encontrados conforme descrição abaixo:

UG – 300011 – FUNDEP Natureza: 3.3.90.30.07					
2022NE	LICITAÇÃO	CREDOR (CNPJ)	VALOR (R\$)	LOCAL	OBJETO
000005	DISP. LIC.	34.455.194/0001-31	2.880,00	CACOAL	ÁGUA

Ressaltamos que embora o empenho citado seja da mesma natureza 3.3.90.30.07 e do mesmo objeto da pretensa aquisição este não é destinado para a mesma localidade, conforme as supracitadas notas de empenho que seguem em anexo.

Dessa forma, sendo o que tínhamos a informar, fica a critério do Ordenador de Despesa autorizar a aquisição, nos termos da Lei Federal n. 8.666/1993.

Porto Velho-RO, 27 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)

Rodrigo Rodrigues Cavalcante

[1] Base Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; LC nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Base Administrativa: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Manual Técnico de Orçamento – MTO.

[2] https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1567:020332-classificacoes-orcamentarias&catid=749&Itemid=376



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rodrigues Cavalcante, Chefe de Departamento**, em 27/01/2022, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0014011** e o código CRC **DF8E524C**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0014011v2

**Número**

2022PE000033

Data Referência

28/01/2022

Data Lançamento

28/01/2022

Unidade Gestora

300011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Gestão

30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Valor

1.260,00

Evento

400001 RC08-Emissão de Pré-Empenho da Despesa

Pré-Empenho Original**N Descentralização Crédito****Unidade Orçamentária**

30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Subação

218201 MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Fonte Recurso

0.2.30.000000 0.230 - Recursos Destinados ao FUNDEP

Natureza Despesa

33.90.30.00 Material de Consumo

Complemento**Instrumento****Grupo Programação Financeira**

330 Outras Despesas Correntes - Material de Consumo

Processo

3001.100486.2021

Data Previsão

31/12/2022

Observação

Aquisição de água mineral para o núcleo de Espigão Do Oeste.

Transação

0541 Pré-Empenho

Usuário

Lançado em 28/01/2022 às 09:09 por Lidiane Alexandra Grano

Lançamento Contábil

<u>UG / Gestão Favorecido</u>	<u>Evento</u>	<u>Conta Contábil</u>	<u>Conta Corrente</u>	<u>Valor</u>	
300011 / 30011	400001	6.2.2.1.1.00.00.00	30011 218201 0.2.30.000000 33.90.30	1.260,00	D
300011 / 30011	400001	6.2.2.1.2.02.00.00	30011 218201 0.2.30.000000 33.90.30	1.260,00	C
300011 / 30011	400001	5.2.2.9.1.01.00.00	2022PE000033	1.260,00	D
300011 / 30011	401001	8.2.2.2.1.11.00.00	300011-30011 330 0.2.30.000000	1.260,00	C
300011 / 30011	400001	6.2.2.3.1.01.01.00	0.2.30	1.260,00	D
300011 / 30011	400001	6.2.2.3.1.01.05.00	0.2.30	1.260,00	C
300011 / 30011	401001	8.2.2.2.1.09.00.00	300011-30011 330 0.2.30.000000	1.260,00	D
300011 / 30011	400001	6.2.2.9.1.01.00.00	2022PE000033	1.260,00	C



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Analista em Administração**, em 28/01/2022, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0014121** e o código CRC **4782B8F2**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

Interessado(s): Núcleo de Espigão DOeste, Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Destino: Comissão Permanente de Compras e Licitação

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DPOG

Em atendimento ao despacho da Secretária-Geral de Administração e Planejamento (0013924), informamos que emitimos a reserva orçamentária referente ao valor de **R\$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais)**, por meio do pré-empenho **2022PE00033 (0014121)**, em conformidade com a Declaração de Adequação Orçamentária a seguir.

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2022

Em atendimento ao processo em epígrafe, nos termos do art. 48, alínea "b", da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, ao realizar os cálculos dos valores e proceder à análise da viabilidade orçamentária, declaramos que há no orçamento vigente, saldo de dotação disponível para realização da despesa especificada abaixo:

PROCESSO Nº		CÓDIGO U.O.		UNIDADE GESTORA			
3001.100486.2021/DPE-RO		30011		300011			
DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA							
Liberação de crédito para cobrir despesa com aquisição de água mineral - Núcleo de Espigão do Oeste							
PRÉ-EMPENHO				DATA DA EMISSÃO			
2022PE00033				28/01/2022			
PROGRAMA TRABALHO	FONTE RECURSO	NATUREZA DESPESA	VALOR	DESEMBOLSO MENSAL ESTIMADO			
				JAN FEV MAR	ABR MAI JUN	JUL AGO SET	OUT NOV DEZ
03122204621820000	0230000000	339030	1.260,00	1.260,00			
TOTAL			1.260,00	1.260,00	0,00	0,00	0,00

LIDIANE ALEXANDRA GRANO

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Analista em Administração**, em 28/01/2022, às 10:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0014125** e o código CRC **E5AC5BD9**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0014125v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Comissão Permanente de Compras e Licitação
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para contratação de empresa para fornecimento de água mineral em garrafão de 20 litros para a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, núcleo de Espigão d'Oeste.

Os autos iniciaram-se com e-mails enviados aos núcleos com intuito de prever o quantitativo de consumo no ano de 2022, conforme se verifica no documento (id. 0004468) exarado pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio.

O Departamento de Almoxarifado e Patrimônio também elaborou termo de referência (id. 0010092) e juntou as cotações realizadas na localidade do núcleo (id. 0009970). O Departamento de aquisições consolidou as propostas da seguinte forma, conforme id 0010695:

- COMERCIAL DE PETRÓLEO LARANJENSE LTDA, inscrito no CNPJ de nº 13.552.562/0001-90, no valor total de R\$ 2.698,20 (dois mil e seiscentos e noventa e oito reais e vinte centavos);
- RAMALHO FIGUEIREDO SILVA - ME, inscrito no CNPJ de nº 11.166.660/001-63, no valor de R\$ 1.575,00 (um mil e quinhentos e setenta e cinco reais);
- BV COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ de nº 07.940.918/0001-60, no valor de R\$ 1.530,00 (um mil e quinhentos e trinta reais);
- TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ de nº 38.032.028/0001-83, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais).

Como se observa, as empresas que ofertaram os menores preços foram TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrito no CNPJ de nº 38.032.028/0001-83, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais). Foram juntadas as comprovações de regularidade fiscal e trabalhista da referida empresa para efeito de contratação com a Administração Pública (id. 0013924), na qual verifica-se que está apta à contratação em tela.

Cabe salientar, que para efeito da dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei 8.666/1993, estabelece o Regulamento nº 011/2017-GAB/DPERO, 17/01/2017:

Art. 20. Nos casos de aquisição por inexigibilidade de licitação, dispensa de licitação ou adesão à ata de registro de preços de outro Órgão, a seleção do fornecedor será feita pelo Grupo de Aquisições, que juntará ao processo os seguintes documentos:

I – prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;

II – certidão de Dívida Ativa com a União;

III – prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito/CND;

IV – prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/ CRF;

V – certidão negativa de débitos trabalhistas.

§1º Na hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 24, incisos I e II, da Lei 8.666/93, poderão ser exigidas apenas as provas de regularidade previstas nos incisos III e IV deste artigo, de acordo com o disposto no art. 195, § 3º da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 9.012/95. (grifo nosso).

O Departamento de Contabilidade se manifestou no sentido de embora o empenho citado seja da mesma natureza 3.3.90.30.07 e do mesmo objeto da pretensa aquisição este não é destinado para a mesma localidade, conforme se verifica na informação id. 0014011.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão realizou o Pré-empenho (0014121), no valor de R \$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais) e apresentou Declaração de Adequação Orçamentária (id. 0014125).

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento (0013924), no sentido de que seja elaborada a justificativa de dispensa de licitação, esta Comissão assim se posiciona:

II - DA JUSTIFICATIVA

A presente aquisição motiva-se em manter o fornecimento de água mineral potável para consumo dos servidores, membros e assistidos da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, núcleo de Espigão d'Oeste, garantindo-se o bom atendimento e a eficiência das atividades da Defensoria Pública, ao assegurar saúde e conforto dos membros, servidores e assistidos, enquanto presentes nas dependências daquele núcleo da Defensoria Pública.

III - DA LEGALIDADE

É de conhecimento público que a contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

No entanto, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação - convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e **no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de

5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1 - Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;

2 - Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa que apresentou a melhor proposta e encontra-se com as certidões de regularidade fiscal federal, trabalhista e FGTS em situação regular;

3 - Quanto ao inciso III, à justificativa do preço encontra-se no orçamento apresentado pela empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, no valor de R\$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais), cujo valor é menor preço válido das propostas apresentadas.

4 - Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Superior, a quem cabe à análise desta decisão.

Porto Velho - RO, 28 de janeiro de 2022.

Adriana Larissa Freitas dos Santos

Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Larissa Freitas Dos Santos, Técnica Administrativa**, em 28/01/2022, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0014190** e o código CRC **0AD21C92**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Assessoria Jurídica

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

PARECER - ASSEJUR

PARECER N. 149/2022-AJDPE

Processo: 3001.100486.2021

Interessado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Assunto: Aquisição de água mineral – Núcleo de Espigão d'Oeste

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI N. 8.666/1993, ART. 24, II. AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL. NÚCLEO DE ESPIGÃO D'OESTE. VALOR INFERIOR AO LIMITE DE R\$ 17.600,00 (DEZESSETE MIL E SEISCENTOS REAIS). POSSIBILIDADE, CONDICIONADA À NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE FRACIONAMENTO DA DESPESA.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para aquisição de água mineral para o Núcleo de Espigão d'Oeste, conforme especificação contida no termo de referência de ID 0010092, via dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8.666/1993.

O procedimento teve início por meio do Memorando n. 166/2021/DAP/DPE-RO, em que se realizou pesquisa sobre a previsão de utilização de água mineral nos Núcleos (ID 0004468, p. 02). Em resposta, o Núcleo de Espigão d'Oeste informou a previsão de consumo de 180 (cento e oitenta) galões de 20 litros ao ano (ID 0009970).

Ato contínuo, juntaram-se as cotações de preços remetidas pelo Núcleo de Espigão d'Oeste (ID 0009970), informação acerca da programação orçamentária (ID 0010019), termo de referência (0010092), planilha mercadológica (ID 0010695), bem como certidões da empresa que ofertou o menor preço (ID 0013689).

A Secretária-Geral de Administração e Planejamento despachou nos autos, aprovando o termo de referência n. 11/2022 e determinando o envio do feito ao Departamento de Contabilidade, à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, à Comissão Permanente de Compras e Licitação, à Assessoria Jurídica e, por fim, ao Controle Interno (ID 0013924).

Em seguida, o Departamento de Contabilidade, com base em consulta realizada ao SIGEF (ID 0014010), prestou as informações acerca de efetivação de despesa de mesma natureza no exercício financeiro de 2022 (ID 0014011).

A DPOG, por sua vez, providenciou a reserva orçamentária, por meio do pré-empenho 2022PE000033 (ID 0014121), e a CPCL emitiu a justificativa de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, II, da Lei 8.666/1993 (ID 0014190)

Após, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica, para análise e parecer.

É o necessário relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI, estabelece que, em regra, a aquisição de bens ou contratação de serviços pela Administração Pública deve ocorrer por meio de regular procedimento licitatório, em que seja assegurada a igualdade de condições a todos os concorrentes, nos seguintes termos:

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Contudo, conforme autorizado na própria norma constitucional, a Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93^[1]) firmou algumas exceções à sobredita obrigatoriedade, tal como o disposto em seu artigo 24, inciso II, *in verbis*:

Art. 24. É **dispensável** a licitação: (...) II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior** e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, **desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.**

A leitura do dispositivo supracitado, concomitantemente à redação do art. 23, inciso II, alínea "a", atribuída pela Lei n. 9.648/1998, permite a conclusão de que é dispensável o procedimento licitatório no caso de aquisição de objetos cujos valores estejam abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

O Decreto Federal n. 9.412/2018, no entanto, promoveu nova alteração na redação do art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei n. 8.666/1993, acarretando na elevação do teto admitido para dispensa de licitação, que passou a ser de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

No presente caso, verifica-se que o valor estimado da pretensa contratação, que é de R\$1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais), está dentro dos limites admitidos legalmente para a dispensa de licitação.

De qualquer sorte, importante ressaltar que o procedimento de contratação direta deve ser aplicado como uma modalidade anômala de licitação e, também, ser tratado como uma exceção, assim como pretende a normativa acima mencionada.

Isso porque não se podem afastar os procedimentos preparatórios internos que antecedem a uma licitação comum, de modo que, no caso, o resultado importará em contratação direta, ao invés de culminar com a licitação propriamente dita.

Ainda nesse sentido, é certo que, embora o objetivo seja realizar a aquisição de forma direta, por meio de dispensa de licitação, há que se comprovar a existência de dados concretos que justifiquem a opção do procedimento pretendido, para que os atos não estejam pautados somente em elementos subjetivos para a escolha da pessoa a ser contratada, seja física ou jurídica.

Nessa linha, em que pese o registro de que o valor da pretensa contratação direta se encontra abaixo do limite permitido legalmente, deve atentar-se ao intervalo em que se pode utilizar o limite para dispensa, bem como ao critério que deve ser utilizado para orientar o alcance dos valores (se é pelo elemento, subelemento, fornecedor, similaridade dos serviços ou aquisições, entre outros), a fim de se afastar o eventual fracionamento irregular de despesa, vedado pela parte final do art. 24, II, da Lei n. 8666/93, acima transcrito.

Quanto a isso, vale registrar o elucidativo entendimento apresentado no Parecer n. 094/2009,

emitido pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso:

Inciso II - para outros serviços e compras (10% do limite previsto na alínea "a" do inciso II do art. 23):

1. não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez: aqui novamente retoma-se a regra de que para se dispensar um procedimento licitatório não pode a aquisição referir-se a parcela de um mesmo serviço, compra ou alienação (ou que tenha a mesma natureza) que possa ser realizado de uma só vez. Assim, se a parcela que se quer contratar estiver dentro do limite de R\$ 8.000,00, porém referir-se ao mesmo objeto (ou mesma natureza) de outras contratações que globalmente ultrapassariam esse valor e que pudessem ser realizadas de uma só vez, há infração ao dispositivo legal.

Sobre o tema em comento, o doutrinador Marçal Justen Filho (2008, p.259) preleciona esclarecedor comentário em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição", no sentido de que:

[...] **é perfeitamente válido (eventualmente obrigatório) promover fracionamento de contratações. Não se admite, porém, que o fracionamento conduza à dispensa de licitação.** É inadmissível que se promova dispensa de licitação fundando-se no valor de contratação que não é isolada. **Existindo pluralidade de contratos homogêneos, de objeto similar, considera-se seu valor global – tanto para fins de aplicação do art. 24, incs. I e II, como relativamente à determinação da modalidade cabível da licitação.** Pelo exposto, mais uma vez frisamos que o fracionamento ou parcelamento da contratação é possível e legal. Ilegal é praticar o "fracionamento de despesas" que é a prática danosa do fracionamento de contratação com vistas a promover: a. dispensa licitatória indevida, ou seja, realizar contratações com o mesmo objeto ou mesma natureza, que individualmente se enquadrariam nas hipóteses previstas no artigo 24, I e II da Lei 8.666/93, mas que globalmente necessitaria de realização do certame; b. utilização de modalidade de licitação mais simplificada indevidamente, contrariando o artigo 23, §5º da Lei 8.666/93.

Também o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia já se manifestou sobre a matéria, em consulta acerca dos critérios para aferição de fragmentação ou fracionamento de despesas públicas (Parecer Prévio n. 20/2009 – Pleno), no seguinte sentido:

É DE PARECER que se responda na forma consignada no item disposto a seguir, por entender que o fracionamento ou fragmentação de despesa se caracteriza pela ocorrência dos seguintes fatores:

I) **Aquisição sistemática de produtos da mesma natureza, em pequenos intervalos de tempo e em processos distintos, sem a observância da modalidade de licitação cabível para o total;**

II) Fuga ao correto processo licitatório, uma vez que dispensou e/ou procedeu licitação indevida, v.g., efetuando-se Convite, quando caberia Tomada de Preços, inobservando-se os limites de que tratam os artigos 23 e 24 da Lei de Licitações e Contratos; ou ainda, exemplificando, a utilização indevida da modalidade de Licitação Convite em detrimento da Tomada de Preços, contrariando o artigo 23, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei de Licitações e Contratos.

Desta feita, conclui-se que é pertinente orientar pela adoção do critério de avaliação pela **natureza do objeto e princípio da anualidade**, ou seja, **deverá estar demonstrada nos autos a inexistência de outras parcelas do mesmo serviço e/ou compra durante o exercício, bem como a previsão e o impedimento de outra contratação direta e/ou licitação para o mesmo objeto no exercício, se excedido o limite de valor legal.**

Não é outra a orientação do TCU:

"9.9.3 realize planejamento de suas contratações a partir de dados históricos e de estimativas futuras, de modo a permitir a realização de devido procedimento licitatório, na modalidade adequada, com vistas à contratação de serviços, obras e aquisições, evitando o fracionamento das despesas e fuga à

licitação, em cumprimento ao art. 37, XX da Constituição Federal e art. 2º da Lei nº. 8.666/93”. (Acórdão nº 2.219/2010 – Plenário)

Com efeito, consoante referida orientação, as aquisições de produtos de mesma natureza devem ser planejadas de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimativa da totalidade do valor a ser adquirido. A ausência de planejamento e a utilização do art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93 para justificar a dispensa de licitação, nesses casos, caracterizam fracionamento indevido de despesa (Acórdão nº 3.412/2013 – Plenário).

No caso em apreço, verifica-se que foi juntada informação pelo Departamento de Contabilidade (ID 0014011), indicando que, após pesquisa no SIGEF para despesas de Natureza 3.3.90.30, subelemento 07, “*até a presente data, para o exercício financeiro de 2022, não há empenhos emitidos para a referida natureza e subelemento na UG 300001 – DPE*”; já para a UG 300011 – FUNDEP, a unidade setorial informou que há um empenho (2022NE000005), no importe de R\$2.880,00, referente à aquisição de água para o núcleo de Cacoal. Contudo, o setor de contabilidade ressalta que “*embora o empenho citado seja da mesma natureza 3.3.90.30.07 e do mesmo objeto da pretensa aquisição este não é destinado para a mesma localidade, conforme as supracitadas notas de empenho que seguem em anexo*”.

Não obstante a informação acima referenciada, ressaltamos que cabe ao ordenador ou ordenadora de despesa certificar com absoluta precisão a inexistência de compras de natureza similar no exercício financeiro de 2022, assim como a ausência de *previsão de compras similares para o mesmo exercício, que venham a superar os limites previstos para a dispensa*, a fim de que seja de todo modo evitada a ocorrência de fracionamento, vedado pela Lei de Licitações.

Neste ponto, é de relevo mencionar que, na Resolução de Consulta n. 21/2011, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso entendeu, por unanimidade que “*a classificação orçamentária (elemento ou subelemento de despesas) e a identidade ou qualidade do fornecedor são insuficientes, isoladamente, para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória*”.

No mesmo sentido, aliás, já se manifestou o Tribunal de Contas da União, ao ponderar que,

8.11. (...)Não há óbice em realizar um único certame envolvendo objetos de despesa de custeio e investimento. Apesar da licitação única, cada item licitado seria pago obedecendo à sua classificação orçamentária (custeio ou investimento), sem qualquer afronta às normas de direito financeiro.

8.12. A classificação da despesa pública segue critérios definidos com o objetivo de atender às necessidades gerenciais de informação acerca da execução do processo orçamentário. Não serve como justificativa para o fracionamento de despesas e nem como pretexto de fuga à obrigatoriedade de licitar, como no caso concreto, em que não se quis admitir a realização de licitação única devido a uma suposta incompatibilidade entre os itens de despesa.

8.13. Além disso, **a classificação orçamentária não produz qualquer efeito jurídico para fins de aplicação da modalidade cabível de licitação ou sua dispensa**, conforme magistério de Marçal Justen Filho, (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição, pág. 266):

“A irrelevância da classificação orçamentária

Por outro lado, não é possível utilizar a classificação orçamentária, produzida para outros fins e sem nenhuma relevância legal para essa hipótese. Os critérios utilizados para fins orçamentários podem ser diversos e, mesmo, abranger diferentes objetos. Aplicar a regra poderia produzir resultados despropositados, tais como constringer a realização de concorrência para serviços autônomos de engenharia, apenas porque a rubrica orçamentária seria a mesma. Ou seja, quando se englobam certas despesas em um mesmo elemento de despesa orçamentária, o fundamento reside na necessidade de sistematização. Não há previsão acerca da necessidade de contratação única nem se pode imaginar que o legislador financeiro estava considerando o total de desembolsos como sujeito a

tratamento unitário.

Mais ainda, não há no texto legal qualquer indicação da relevância da classificação orçamentária do objeto para fins de conjugação de valores e determinação da modalidade cabível de licitação. Trata-se de inovação em face da Lei - inclusive no tocante às próprias normas de Direito Financeiro, as quais não determinam que as rubricas orçamentárias produzem algum efeito jurídico para fins da fixação da modalidade cabível de licitação.” (grifo nosso).

8.14. Portanto, entendemos que a natureza das despesas sob o ponto de vista orçamentário não representou óbice à realização de licitação conjunta. Rejeitamos as razões de justificativa do responsável. (Acórdão 1620/2010 – Plenário).

Sendo assim, resta claro que **a mera indicação, nos autos, quanto à classificação orçamentária dos empenhos já realizados no exercício não é suficiente para demonstrar a existência ou não de fracionamento do objeto, devendo ser averiguado pelo setor competente eventual configuração de fracionamento em relação aos objetos referentes aos empenhos já realizados, bem como às compras programadas para este exercício que não tenham sido ainda empenhadas.** Nesse sentido, já decidira o TCU:

Enunciado

Deve ser programada a despesa pelo total para todo o exercício financeiro, em atenção ao princípio da anualidade do orçamento, evitando fracionamentos ilícitos de despesa. O parcelamento não pode conduzir à fuga ao procedimento de licitação.

Excerto

Relatório:

[...]

2.17. É pacífico o entendimento desta Corte de Contas (Acórdãos 73/2003 - 2ª Câmara; 66/99 - Plenário) no sentido de que as compras devem ser programadas pelo total para todo o exercício financeiro, observando o princípio da anualidade do orçamento, consoante o estabelecido no art. 8º, caput, da Lei nº 8.666/1993. Na situação sob exame constata-se que não houve planejamento adequado das compras, na forma do inciso II do §7º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993, ensejando o fracionamento da despesa, cujo total superou o limite fixado no art. 24, inciso II, do citado diploma legal. (Acórdão 3373/2006-Primeira Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes)

Nessa linha, registra-se que o Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que a finalidade da vedação ao fracionamento, constante da Lei de Licitações, é promover a competitividade do certame licitatório, de forma a impedir a dispensa em hipóteses em que a lei exige licitação; ou modalidades licitatórias mais simples, quando a lei exige que sejam mais complexas. Vejamos:

Irregularidades em contratações: 3 - **Fracionamento de despesa e certame único para obras e serviços em que os potenciais interessados são os mesmos, ainda que realizados em locais distintos. Deve ser realizada uma única licitação para a contratação de obras e serviços de mesma natureza, ainda que em locais diversos, quando os potenciais interessados são os mesmos**, vedadas as modalidades convite ou tomada de preços, conforme o caso, sempre que o somatório de seus valores caracterizar tomada de preços ou concorrência. Esse entendimento, consignado no Acórdão n.º 1.570/2004-Plenário, foi invocado pelo relator ao apreciar, ainda quanto à denúncia envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Diretoria-Geral em Rondônia (DR/ECT/RO) –, as razões de justificativa do Diretor Regional acerca dos “indícios de fracionamento de despesa ao autorizar as seguintes licitações na modalidade ‘convite’ (Convites 13/2006 e 14/2006), sendo que era obrigatória a utilização de ‘tomada de preços’ ou ‘concorrência’, devido ao somatório dos valores e por tratar-se de obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que poderiam ser realizadas conjunta e concomitantemente”. O relator destacou que, à luz do art. 23, § 5º, da Lei n.º 8.666/93, “à primeira vista, assistiria razão ao responsável” ao argumentar que os municípios de Cujubim e Pimenteiras, onde seria feita a adequação dos prédios para o funcionamento das agências

de correio, distam um do outro 766 km, tratando-se, a seu ver, de obras independentes. Para refutar esse argumento, o relator valeu-se do seguinte trecho do voto que antecedeu o prefalado Acórdão n.º 1.570/2004-Plenário: “[...] **o Estatuto das Licitações, ao vedar o fracionamento de despesas, pretendeu preservar a competitividade dos certames licitatórios, obrigando que as obras e os serviços realizados no mesmo local fossem englobados em uma única licitação, de maior valor.** Interpretando-se a norma de forma sistêmica, orientados pelo princípio da isonomia que norteou sua promulgação, **só se pode conceber que a menção a um ‘mesmo local’ tenha por objetivo único permitir o maior aproveitamento das potencialidades regionais, observando-se a área geográfica de atuação das empresas que executam os serviços ou obras a serem contratados.**” No caso concreto, o relator verificou que, com exceção de duas empresas que receberam apenas o Convite n.º 14/2006, os demais potenciais licitantes foram convidados a participar dos dois certames e retiraram o edital. Para ele, o fato “demonstra que essas quatro construtoras podem atuar indiferentemente em qualquer das duas cidades, não sendo permitida, assim, a realização de licitações distintas para obras e serviços de mesma natureza, uma vez que os potenciais interessados nos dois certames são os mesmos”. Tendo em vista que a soma dos valores ultrapassou o limite estabelecido para a modalidade convite, confirmou-se o fracionamento de despesas. Em razão desta e das demais irregularidades apuradas, o relator propôs e o Plenário decidiu rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável e aplicar-lhe multa. Acórdão n.º 1620/2010- Plenário, TC-023.093/2008-6, rel. Min. Raimundo Carreiro, 07.07.2010.

Como se vê, com relação à localidade das possíveis licitações e o fracionamento de despesas, o TCU deixa assente que, quando os potenciais interessados na contratação de serviços de mesma natureza são os mesmos, não há que se realizar licitações distintas. Sob essa ótica, o termo “mesmo local” utilizado no art. 23, § 5º, da Lei n. 8.666/93, não se refere a uma localidade específica (rua, bairro, cidade, município) e sim a uma região geoeconômica, ou seja, a área de atuação profissional, comercial ou empresarial dos possíveis fornecedores ou prestadores de serviço a serem contratados pela Administração.

Assim, **só podem ser realizadas licitações distintas e independentes para cada localidade se restar demonstrado que os potenciais interessados também são distintos**, visando, dessa forma, o real aproveitamento dos mercados locais.

Nesse ponto, verifica-se que, por meio da informação de ID 0010099, o Departamento de Almojarifado e Patrimônio expõe os motivos pelos quais optou-se pela aquisição da água mineral por localidade.

Justificou-se que “*o material é comumente fornecido por pequenos estabelecimentos que não têm capilaridade em diversas cidades; o custo para que um fornecedor de uma cidade entregue em outra cidade é muito elevado*”.

A informação menciona a experiência obtida por licitação anteriormente frustrada^[2], em razão de que “*não houve interessados*” em participar do certame, mesmo que o objeto, na época, tenha sido fracionado por núcleo.

De acordo com a informação prestada pelo Departamento de Almojarifado, “*até mesmo para conseguir interessados na dispensa de licitação na própria cidade já há dificuldade, muitas vezes por razões documentais, sendo que seria muito mais difícil encontrar uma única empresa que atendesse mais de uma cidade*”. Isso porque, segundo a aludida informação, “*é comum que o material seja fornecido por pequenos estabelecimentos locais*”.

Nesse passo, torna-se imprescindível a apreciação pela autoridade gestora no que tange à **justificativa apresentada quanto à necessidade do fracionamento das aquisições por localidade**, em detrimento de aquisição que leve em conta a totalidade do objeto para atender a Defensoria Pública em todo o Estado, no **exercício de 2022**.

Outrossim, é imperioso ressaltar que o procedimento de dispensa, embora se trate de uma

contratação direta, exige a realização de prévio processo administrativo para tanto, em que se contemple a justificativa da dispensa no que tange ao preço, razão da dispensa e escolha do particular interessado.

A instrução para o processo de dispensa de licitação, deve se atentar às regras dispostas no art. 26, *parágrafo único*, da Lei n. 8.666/93, que dispõe:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005\)](#)
Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; [\(Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017\)](#)
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. [\(Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

Em relação aos requisitos legais, apesar do dispositivo não prever a situação de dispensa exposta no art. 24, inciso II, deve o gestor seguir, ao menos naquilo em que for aplicável, o regramento acima.

Tanto é imprescindível, que assim já decidiu o TCU:

Em qualquer contratação efetuada com dispensa de licitação, observe, com rigor, o disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, de modo que sejam devidamente justificados os motivos da escolha do fornecedor ou executante e os preços pactuados." (Decisão nº 30/2000, Plenário, rel. Min. Guilherme Palmeira.)

Assim, a Administração deverá sempre justificar a não realização da licitação, assim como a razão da escolha do fornecedor e o preço contratado. Afinal, nos termos do art. 50, IV, da Lei 9.784/1999, a motivação (indicação expressa dos motivos) dos atos administrativos que decidam pela dispensa é obrigatória.

No caso em tela a justificativa foi juntada ao ID 0014190, em que se indica que a contratação visa *"manter o fornecimento de água mineral potável para consumo dos servidores, membros e assistidos da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, núcleo de Espigão d'Oeste, garantindo-se o bom atendimento e a eficiência das atividades da Defensoria Pública, ao assegurar saúde e conforto dos membros, servidores e assistidos, enquanto presentes nas dependências daquele núcleo da Defensoria Pública"*.

No que se refere à justificativa quanto ao preço, verifica-se que foram colacionadas aos autos quatro cotações de preços, atendendo-se ao previsto no Regulamento n. 011/2017/DPG/DPE/RO. O Departamento de Aquisições elaborou a planilha mercadológica, na qual se registrou o preço médio unitário de R\$9,81 (nove reais e oitenta e um centavos) e o preço médio total no importe de R\$1.765,80 (mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

A partir da pesquisa realizada, a CPCL justificou o preço com base no orçamento apresentado à DPE pela empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, que corresponde à cotação no valor unitário de R\$7,00 (oito sete reais), o qual se encontra abaixo da média de mercado.

Chama-se a atenção, entretanto, para o fato de que embora as cotações realizadas contenham a estimativa de aquisição mensal e anual, de 15 e 180 galões, respectivamente, é imprescindível que o fornecedor tenha pleno conhecimento de que a entrega da água mineral será de forma parcelada, de acordo com a previsão mensal, durante doze meses.

Assim, embora o e-mail de ID 0009970, p. 1, faça alusão ao encaminhamento de “termo de referência” e “formulário de cotação de preços” para o Núcleo de Espigão d’Oeste, não há indicação nos autos de que os fornecedores pesquisados tenham recebido o termo de referência a fim de que tomassem conhecimento acerca das condições de entrega e pagamento estipuladas nos autos.

Com efeito, caso o fornecedor selecionado desconheça as condições de fornecimento, poderá vir a recusar a assinatura do contrato, sob a alegação de que o preço ofertado fora orçado para entrega total e imediata, com o respectivo recebimento do pagamento, e não nas condições previstas no termo de referência, podendo ocorrer frustração do procedimento no momento da assinatura do termo de contrato.

Portanto, como as condições de fornecimento do objeto e conseqüente forma de pagamento são importantes para a formação do preço, imprescindível que **a unidade solicitante se certifique de que os fornecedores consultados, especialmente o que apresentara o menor preço, tomaram prévio conhecimento das cláusulas contratuais.**

Quanto à razão da escolha do fornecedor, a CPCL indicou que se qualifica “*por ser a empresa que apresentou a melhor proposta e encontra-se com as certidões de regularidade fiscal federal, trabalhista e FGTS em situação regular*”, o que se encontra de acordo com os itens 12 e 13 do Termo de Referência.

No que tange à regularidade da empresa a ser contratada, destacamos que, mesmo na hipótese de dispensa de licitação, é imprescindível que a contratada demonstre a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária – o que deve ser apreciado pelo Controle Interno.

Por fim, verifica-se, no ID 0014121, que foi procedida à reserva orçamentária por meio da Pré-Empenho 2022PE00033, no importe de R\$1.260,00 (mil duzentos e sessenta reais), o que corresponde à totalidade do valor da pretensa aquisição.

Nesse ponto, verifica-se que o termo de referência previu apropriadamente, no item 2.5, a forma de fornecimento, ao dispor que será mediante fornecimento parcelado (ID 0010092). No mesmo sentido, o item 4.1 do TR ao estimar entregas mensais de 15 (quinze) unidades.

Em consonância com a forma de fornecimento, constata-se que o TR estipulou de forma pertinente as condições de pagamento, ao dispor no item 8.1 que o pagamento ocorrerá de acordo com as entregas, em parcelas correspondentes ao efetivamente executado.

Com isso, reputa-se fundamental que o setor competente se atente a espécie de empenho a ser emitida, a fim de que seja adequada à forma de pagamento prevista no termo de referência, qual seja, pagamento parcelado, após a entrega mensal efetivada.

A despeito das condições eleitas para a entrega do objeto e para o pagamento – o que resulta, portanto, no ato da contratação, no estabelecimento de obrigações futuras – não se verifica nos autos a juntada da minuta contratual.

Na informação de ID 0010099, nota-se que a unidade solicitante constatou, acertadamente, a necessidade de assinatura de termo contratual. Assim, o setor competente deve juntar aos autos a minuta do contrato, e o feito retornar oportunamente a esta Assessoria para análise, em obediência ao previsto no art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade jurídica de aquisição do objeto pretendido por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/1993, **desde que demonstrada a inexistência de fragmentação de despesa que impeça a contratação direta na**

espécie pretendida, bem como sejam observados os apontamentos feitos na fundamentação deste parecer, especialmente quanto à juntada da minuta contratual.

É o parecer, que remeto ao Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, para as providências cabíveis.

Porto Velho, 1º de fevereiro de 2022.

RAFAELLA ROCHA SILVA

Assessora Jurídica Chefe

[1] Destaca-se que a Lei 8.666/1993 ainda se encontra em vigor para licitação ou contratação direta, pelo prazo de dois anos, a contar da publicação da Lei 14.133/2021, a qual estipulou nos arts. 191 e 193:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do **caput** deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do **caput** do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.

[2] Trata-se do Pregão Eletrônico n. 012/2020/DPE/RO (Processo n. 3001.0188.2020/DPE-RO), em que os itens 4, 5, 6, 7, 9 e 10 foram fracassados e os itens 11 a 25, desertos.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaella Rocha Silva, Assessor(a) Jurídico(a)-Chefe**, em 01/02/2022, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0015509** e o código CRC **113ABE92**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almoarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Considerando que, em momento anterior, ao solicitar a realização de cotações, o Departamento de Almoarifado e Patrimônio encaminhou ao núcleo cópia do Termo de Referência e formulário de cotação.

Considerando a indagação levantada pela Assessoria Jurídica acerca da disponibilização do termo de referência aos fornecedores.

Considerando que a cotação junto aos fornecedores foi realizada diretamente pelo núcleo em questão.

Solicitamos informação para responder à seguinte indagação visando a continuidade do processo de aquisição:

a) No momento em que foram realizadas as cotações o núcleo disponibilizou aos fornecedores o acesso (seja físico ou digital) à cópia do termo de referência para que o preço ofertado na cotação fosse calculado de acordo com as cláusulas do aludido termo?

Tendo em vista ainda a necessidade de resposta com agilidade para continuidade do procedimento, fixamos prazo de 2 (dois) dias para resposta escrita nos autos.

Atenciosamente,

Porto Velho, 02 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 03/02/2022, às 09:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0016251** e o código CRC **64FE28C0**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0016251v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Núcleos da Defensoria Pública
Núcleo de Espigão DOeste

Avenida Rio Grande do Sul, 2652 - Bairro Centro - CEP 76974-000 - Espigão D'Oeste - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - DPE/DPE-ESP

Não houve a apresentação do termo de referência junto as cotações.

Quanto este servidor foi realizar as diligências, foi entregue para as empresas apenas a cotação.



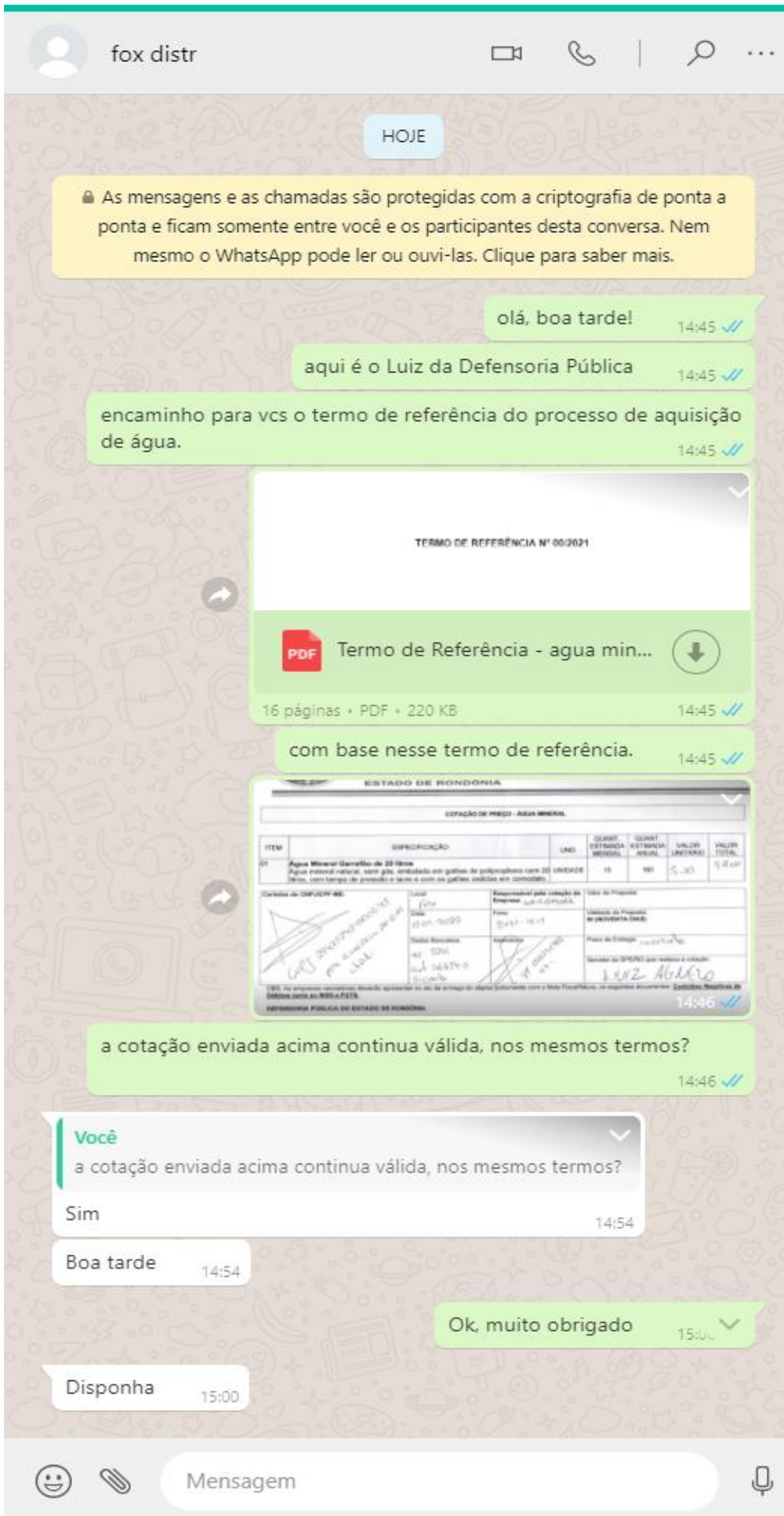
Documento assinado eletronicamente por **Luiz Agnelo Sicheroli Junior, Técnico Administrativo**, em 03/02/2022, às 10:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0016371** e o código CRC **008A699B**.

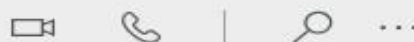
Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0016371v2





LARANJENSE
online



HOJE

As mensagens e as chamadas são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

boa tarde! 14:49 ✓

aqui é o Luiz da Defensoria Pública 14:50 ✓

encaminho para vcs o termo de referência do processo de aquisição de água. 14:50 ✓

TERMO DE REFERÊNCIA N° 00/2021



Termo de Referência - agua min...



16 páginas • PDF • 220 KB 14:50 ✓

com base nesse termo de referência. 14:50 ✓

SECRETARIA DE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

COTAÇÃO DE PREÇO - AGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA MENSAIS	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros. Água mineral natural, sem gás, embalada em garrafas de polipropileno com 20 LITROS (20L), com tampa de plástico e bico e com os garrafas condicoes em conformidade.		45	450	R\$ 4,93	R\$ 2.218,50

Sistema de COTAÇÃO Nº: 13.562.562/0001-90
 Comissão/Processo nº: 024
 Av. Sete de Setembro, 1008
 Centro - CEP 76.814-000
 Fone: (67) 36.814-000
 Fax: (67) 36.814-000

Local: *Caracasá/RO*
 Titulo: *Luiz Aguiar*
 Nome Completo: *Luiz Aguiar*
 CPF: *042.409.949*
 RG: *40949*

Responsável pela cotação da Empresa: *Luiz Aguiar*
 CPF: *042.409.949*
 Assinatura: *[Assinatura]*

Valor do Processo: *R\$ 2.070,00*
 Número do Processo de Referência: *000*
 Preço de Entrega: *R\$ 2.070,00*
 Data de entrega: *20/08/2021*
 Assinatura do DP/DF: *Luiz Aguiar*

OBS: As empresas interessadas deverão apresentar no dia do entrega do material, o documento em uma Prancheta, no seguinte formato: *Declarar Interesse de*
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos? 14:50 ✓

Boa tarde 15:17

Sim continua 15:17

Ok, muito obrigado 15:17 ✓

Obrigado 15:17



Mensagem





RAMALHO DISTR
online



QUINTA-FEIRA

🔒 As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

boa tarde 14:26 ✓✓

O COMERCIAL E DISTRIBUIDORA RS agradece seu contato. Como podemos ajudar? 14:26

Olá!
Tudo bem?
Hen que pôsso te atender!
Estamos aqui seu dispor.
Distribuidora RS agradece 🧑🏻🧑🏻 14:26

aqui é o Luiz da Defensoria Pública 14:27 ✓✓

encaminho para vcs o termo de referência do processo de aquisição de água. 14:27 ✓✓



PDF Termo de Referência - agua min... 16 páginas - PDF - 220 KB 14:27 ✓✓

com base nesse termo de referência. 14:27 ✓✓

ESTADO DE RONDÔNIA					
EDITAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. REFERENCIAL	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros. Água mineral natural, sem gás, embalada em garrafas de polipropileno com 20 UNIDADES (LITROS), com prazo de validade de 180 a 240 dias, conforme especificações.		15	150	575,1574

Contrato de EMPREITA Nº: 11.186.660/0001-63 EMPRESA FORNECEDORA: ME ENDEREÇO: Nº 228 BARRIO: CENTRO - CEP: 71.870-000 CIDADE: SÃO JOSÉ DO PUECO - RONDÔNIA	Local: EDE Data: 12-01-22 Assinatura: Silviana Nº: 3271 CP: 70263	Responsável pela contratação de: Nome: Luiz Henrique CPF: 19.348.3226 Assinatura: [assinatura] Nº: 3271 CP: 70263	Valor da Proposta: 1575,00 Assinatura do Previsor de PRECIFICAÇÃO: [assinatura] Prazo de Entrega: imediato Assinatura do SUPERVISOR: [assinatura] Nome: Luiz Henrique
--	--	---	--

a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos? 14:27 ✓✓

HOJE

A cotação continua válida nos mesmos termos. 09:56

ok, obrigado 10:01 ✓✓



top distribuidora



QUINTA-FEIRA

As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

boa tarde 14:27 ✓✓

aqui é o Luiz da Defensoria Pública 14:27 ✓✓

encaminho para vcs o termo de referência do processo de aquisição de água. 14:27 ✓✓



Termo de Referência - agua min... 14:27 ✓✓

16 páginas · PDF · 220 KB 14:27 ✓✓

com base nesse termo de referência. 14:27 ✓✓

EDITAL Nº 001/2021 - DEFENSORIA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2021 - DEFENSORIA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2021 - DEFENSORIA PÚBLICA

EDITAL Nº 001/2021 - DEFENSORIA PÚBLICA

ITEM	EMPREGAÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	ESTANCA. MENAL	ESTANCA. ANUAL	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros (Água mineral natural, sem gás, embotada em garrafas de polipropileno com 20 UNIDADES Litros, com tampão de proteção e tampa com os garrafas caídas em conformidade)	litros	15		150	7,00	1050,00

Cartão de CPMF (CPF nº): 38.032.028/0001-83

CPF Distribuidora de Bebidas LDB

Rua Santa Cruz 2011

Curitiba - CEP 81.140-000

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 101

INSCRIÇÃO FEDERAL: 06.932326/MS

Assinatura pelo cartão de: Luiz Henrique

Valor do Projeto: R\$ 1050,00

Valor do Projeto de Inversão de Bens: R\$ 1050,00

Valor do Estoque: 1500,00

Assinatura do LOPRO: Luiz Henrique

Assinatura do LOPRO: Luiz Henrique

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PARANÁ

a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos? 14:28 ✓✓

SEXTA-FEIRA

Boa tarde 14:44

Você a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos?

Sim 14:44

Ok.. Obrigado 14:46 ✓✓



QUINTA-FEIRA

As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

Boa tarde! 14:25 ✓

aqui é o Luiz da Defensoria Pública 14:25 ✓

encaminho para vcs o termo de referência do processo de aquisição de água. 14:25 ✓

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 002021

Termo de Referência - agua min...

16 páginas · PDF · 220 KB 14:25 ✓

com base nesse termo de referência. 14:25 ✓

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MENOR	QUANT. ESTIMADA	QUANT. MENOR	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embotada em garrafão de polipropileno com 20 LITROS 200ml, com tampa de plástico e tampa de garrafão em plástico.	litros	15	100	150	1,50	150,00

Contato do EMPREENDEDOR: Luiz da Defensoria Pública

07 940 918/0001-60
RUA COMERCIAL DE ADMINISTRAÇÃO - 46
Praça do Mercado, 2113 - Centro
Cidade de São José do Rio Preto - SP

EMPRESA: LUIZ DA DEFENSORIA PÚBLICA

DATA: 13/04/2022

ASSINATURA: Luiz da Defensoria Pública

EMPRESA: LUIZ DA DEFENSORIA PÚBLICA

DATA: 13/04/2022

ASSINATURA: Luiz da Defensoria Pública

14:26 ✓

a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos? 14:26 ✓

Essas questões são com o Bruno. Assim que ele chegar do almoço. Te dou um retorno. 14:27

ok, aguardo. 14:28 ✓

HOJE

Você
a cotação enviada acima continua válida, nos mesmos termos?
Confirma os mesmos termos que seguem acima. 10:45

ok, obrigado 10:45 ✓

Bom dia 10:45



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almojarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Considerando o Parecer nº 149/2022-AJDPE, proveniente da Assessoria Jurídica. Foi encaminhado para o núcleo (Id.0016251) o qual encaminhou resposta (Id. 0016371) informando que, inicialmente, não havia sido disponibilizado o termo de referência aos fornecedores no momento das cotações.

O núcleo sanou a problemática conforme se observa da informação (Id. 0017599).

Assim, encaminhamos os autos para continuidade em relação aos demais itens apontados no parecer, quais sejam: apreciação e deliberação sobre o não fracionamento de despesas, aquisição por localidade, bem como continuidade para procedimentos de minuta contratual e sua respectiva contratação.

Respeitosamente,

Porto Velho, 08 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 08/02/2022, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0017850** e o código CRC **BA3E6F37**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0017850v3



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

DESPACHO - SGAP

Vistos.

Considerando a informação e os documentos presentes nos ids. 0017850 e 0017599, os quais comprovam que as empresas contatadas receberam o termo de referência nº 11/2022, reputo sanado o apontamento realizado pela Assessoria Jurídica no Parecer nº 149/2022-AJDPE (id. 0015509), no tocante à necessidade de ciência dos envolvidos quanto ao procedimento do certame.

Assim, remetam-se os autos à **Diretoria Administrativa** para elaboração da minuta contratual.

Após, ao **Controle Interno** para análise de conformidade.

Porto Velho, 09 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 09/02/2022, às 12:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0018339** e o código CRC **B36102B9**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0018339v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº **/2022/DPE-RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº ***/2021/DPAT/DPE/RO**

PROCESSO: 3001.**.2021/SEI/DPE-RO**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E A EMPRESA *** PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada DPE/RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado, Dr. HANS LUCAS IMMICH** portador da cédula de identidade de nº 206.938.5595 SJTC/RS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 995.011.800-00 nomeado pelo Decreto nº 26.094 de 19 de maio 2021.

CONTRATADA: ***** inscrita no CNPJ sob o nº ***** com sede na ***** , representada neste ato por seu representante legal Senhor(a) ***** , portador(a) da cédula de identidade nº, inscrito(a) ***** SSP/RO e no CPF sob o nº ***** , de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social / no requerimento de empresário individual / na representação legal que lhe é outorgada por procuração.

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.078/1990, Lei Estadual nº 2.414/2011, pelos Decretos Estaduais nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, alterações e demais legislações vigentes, bem como em face da proposta da empresa e do respectiva Ratificação de Dispensa, publicada no DOE-DPE-RO n. ***** , atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é **a aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante Dispensa de Licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de ******* , mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no Termo de Referência e seus anexos, cujos elementos integram o presente.

1.2. Demais especificidades seguem descrições e detalhes descritos no item 2 do Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE

- 2.1. O valor total do presente Contrato é realizado de forma estimada e importa no montante total de R\$ ***** (*****).
- 2.2. O valor acima descrito se dá com base no preço individual, ofertado pela Contratada, de R\$***** (*****) de cada galão de 20 litros de água mineral, sendo assim estimado o consumo mensal de ***** (*****) galões, e, um total anual de possíveis *****(*****) galões
- 2.3. Os preços unitários serão fixos e irrealizáveis durante a vigência do contrato, podendo o contrato variar em seu valor final apenas em razão de variações da estimativa de consumo ao longo da execução do objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

- 3.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

- 4.1. Conforme prazos e condições minuciosamente detalhados nos itens **05** e **06** do termo de referência.

5. CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Conforme descrito no item **07** do termo de referência.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será feito conforme disposto no item **08** do termo de referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **10** do Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

- 8.1. As condições gerais orçamentárias seguem conforme definido no item 09 do Termo de Referência, e, em específico, as despesas decorrentes do presente Processo ocorrerão à conta do Programa de Trabalho nº ***** -, Fonte do Recurso: ***** , cujo valor está devidamente reservado pela nota de pé-empenho nº***** e nota de empenho nº*****

9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 9.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

- 10.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

- 10.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993

11. CLÁUSULA ONZE– DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. Conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93 e Regulamento nº 021/2018-GAB/DPERO, este Contrato terá como Gestor o Sr(a). ***** , Cargo/Função ***** , ou outro servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, indicado pela Administração.

- 11.2. A fiscalização da execução do Contrato consiste na verificação da conformidade da prestação do(s) serviço(s), de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido “in loco” pelo (a) Diretor do Patrimônio/Almoxarifado, ou outro designado pela Administração, o qual caberá prestar as informações necessárias sobre a

prestação de serviços e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados.

11.3. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

11.3.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do objeto do Contrato, de acordo com as especificações contidas no termo de referência, assim como o pronto atendimento das solicitações.

11.3.2. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao setor competente para o devido pagamento.

11.3.3. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, no que couber.

11.4. Competências do fiscal:

11.4.1. Verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

11.4.2. Receber e dirimir as reclamações dos setores da Administração atingidos pela má qualidade de serviços e obras;

11.4.3. Implantar instrumentos de controle para assegurar ao órgão a qualidade dos serviços prestados, implantando, conforme o caso, formulários para sugestão/reclamação, pesquisas diretas de satisfação, urnas coletoras de opinião e outros mecanismos que permitam aferir qualidade e satisfação;

11.4.4. Orientar a contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do contrato; e pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução;

11.4.5. Notificar a contratada, após exaurido o prazo previsto para entrega, acerca do atraso injustificado, fixando data-limite para o cumprimento da obrigação e sobre possível punição;

11.4.6. Interditar provisoriamente obras ou suspender a prestação de serviços, comunicando ao gestor as razões do incidente e as providências adotadas;

11.4.7. Certificar;

11.4.8. Representar ao gestor contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução do contrato, mas acerca de circunstância de que tenha conhecimento em razão do ofício;

11.4.9. Orientar glosa em faturas;

11.4.10. Aprovar, atestar e sinalizar para pagamento; e,

11.4.11. Receber provisoriamente o objeto.

11.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Contrato vincula-se ao termo de referência n. ***** /2021 dispensa de licitação publicada no DOE-DPE-RO de n***** e a(s) proposta(s) da(s) parte(s) contratada (s).

12.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

12.2.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

12.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

12.4. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público,

aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.5. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

13. CLÁUSULA TREZE- DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução do presente Contrato.

13.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Porto Velho - RO, ***** de ***** de 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Hans Lucas Immich
Defensor Público Geral

Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Marinho Da Silva, Gestor(a) de Contrato**, em 10/02/2022, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0018744** e o código CRC **62FF9198**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA

Com os cordiais cumprimentos, informa-se a juntada de minuta de contrato no id. 0015700 , que fora inicialmente produzida nos autos 3001.100483.2021 que tratam da aquisição de água mineral para Cacoal/RO, documento este aprovado em seus termos e utilizável para demais processos sobre mesmo objeto no âmbito desta Instituição.

Apenas rememorando e esclarecendo o procedimento atual; a minuta em comento e agora juntada neste processo, fora:

- 1º) produzida nos autos acima mencionados , segundo id 0006224;
- 2º) apreciada juridicamente, de acordo o Parecer 721/2021, com id. 0007039;
- 3º) analisada pela Auditoria/Controladoria Interna, segundo consta no id. 0010433 ; e,
- 4º) uma vez submetida ao Gabinete/Secretaria-Geral, a Administração Superior exarou despacho favorável de seus termos e seu uso de forma ampla para processos similares, conforme id. 0007623; acatando-se sugestão pretérita derivada da Diretoria Administrativa, constante no id. 0007359, naqual se recomendava que as apreciações e deliberações sobre a mesma minuta de Cacoal/RO tivessem efeitos vinculantes para os processos de aquisição semelhantes, visando-se a economia de atos processuais.

Desta feita, faz-se a juntada, e, encaminham-se os autos para as próximas etapas condizentes ao processo.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Marinho Da Silva, Gestor(a) de Contrato**, em 10/02/2022, às 09:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0018754** e o código CRC **115A292F**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Controladoria Interna

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

ANÁLISE

Relatório de Conformidade n. 050/2022 -CI/DPE

Processo SEI: 3001.100486.2021

Interessado(a): Defensoria Pública Estadual

Assunto: Aquisição de água mineral - Núcleo de Espigão do Oeste

Destino: Gabinete da Secretária-Geral de Administração e Planejamento

Ilma., Secretária-Geral,

Versam os autos sobre aquisição de água mineral, para atender às demandas do núcleo da Defensoria Pública do Estado no município de Espigão do Oeste, por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93.

I – Do Relatório:

Os autos foram deflagrados em novembro de 2021, por meio do Memorando n. 166/2021/DAP/DPE-RO (doc. **0004468**).

Após, o feito foi instruído com resposta do Núcleo de Espigão do Oeste contendo a “média de galões por ano” (doc. **0009968**), com cotações com 03 fornecedores (doc. **0009970**) e com o Termo de Referência (doc. **0010092**).

Apresentou-se Informação da Diretoria Administrativa (doc. **0010099**) com intuito de apresentar esclarecimentos acerca da possível aquisição adotada (aquisições por localidade, fornecimento parcelado e forma de pagamento, entrega mediante bloco de requisições, termo de contrato e o exercício financeiro).

O Grupo de Aquisições elaborou a planilha mercadológica (doc. **0010695**), com o valor médio total de R\$ 1.765,80 (mil, setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

Apresentadas as certidões fiscais e trabalhistas da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (doc. **0013689**), estando quase todas válidas, com a exceção da certidão de regularidade do FGTS. Devendo, caso decida positivamente pela assinatura do contrato, ser atualizadas as certidões que se encontrarem vencidas.

Considerando o despacho da Secretária-Geral (doc. **0013924**), o Grupo de Contabilidade

prestou informação de que há empenho emitido para o exercício de 2022 na UG do FUNDEP, entretanto não se tratando de aquisição para mesma localidade (doc. 0014011). Houve a emissão do pré-empenho 2022PE000033 (doc. 0014121).

Após, a CPCL realizou a justificativa para dispensa de licitação para empresa que apresentou melhor proposta TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (doc. 0014190).

A Assessoria Jurídica manifestou-se por meio do parecer n. 149/2022-AJDPE (doc. 0015509), opinando pela possibilidade jurídica de aquisição do objeto pretendido por meio de dispensa de licitação, *desde que demonstrada a inexistência de fragmentação de despesa, bem como seja atendimentos os apontamentos realizados na fundamentação do parecer.*

Após manifestação da Assessoria Jurídica, foram apresentados procedimentos por parte do Núcleo de Espigão do Oeste e da Diretoria Administrativa para sanar parte dos apontamentos realizados (docs. 0016251, 0016371, 0017599 e 0017850).

Após novo despacho da Secretária-Geral (doc. 0018339), a Diretoria Administrativa apresentou a minuta do Termo de Contrato, doc. 0015700, e em seguida fora apresentada Informação acerca dos procedimentos adotados neste processo e em outro de aquisição semelhante por parte desta Instituição (doc. 0018754).

Quanto à minuta de contrato apresentada (doc. 0018733), *alertamos* para a necessidade de adequação com as informações pertinentes ao caso em tela (aquisição de água mineral para o núcleo de Espigão do Oeste).

Não obstante a manifestação sobre fragmentação de despesa, ora, não há que se falar em fragmentação de despesa para o caso em tela, haja vista não ser a intenção da Administração, a fuga ao procedimento licitatório de maior porte, mas sim, **a necessidade de concretizar a aquisição de maneira célere, eficiente e econômica.**

Importante observar que a Administração, anteriormente envidou esforços para realização de pregão eletrônico, com a inclusão de fornecimento de água mineral para todos os núcleos do estado, contudo, ao final do certame, foi possível concluir que as empresas não demonstram interesse no atendimento de demandas regionais e de baixo valor.

No mesmo sentido, a Diretora Administrativa informou que o parcelamento do objeto por localidade mostra-se vantajoso, pois fornecimentos de pequena monta, geralmente são atendidos por comércio local e que a prática de outros órgãos se assemelha à realidade desta DPE-RO.

De fato, ao verificar o portal da transparência do MP-RO e TJ-RO, deparamo-nos com contratações por dispensa de licitação em razão do valor para a aquisição de água mineral, o que nos faz inferir que essas entidades também padecem dos mesmos obstáculos que a DPE-RO, quais sejam: a falta de interesse das empresas em atender pequenas demandas regionais.

Sendo assim, visando garantir que a aquisição de um bem essencial à vida, como é o caso da água, não seja frustrada, esta Controladoria Interna, orienta que seja, sempre que necessário, feito o intercâmbio de informações com órgãos que detenham maior expertise, com a finalidade de nortear as ações e tomada de decisão pelos responsáveis.

Em tempo, informamos que foram anexados nos relatórios de conformidades anteriores (a exemplo, o Relatório n. 082/2021-CI/DPE dos autos n. 3001.0043.2021) cujo objeto é aquisição de água mineral, as principais peças (termo de referência, parecer normativo e contrato simplificado) constantes do processo de aquisição de água mineral para a comarca de Cerejeiras do TJ-RO.

Diante do exposto, entendemos que, com os documentos apresentados e os pontos demonstrados acima, não há óbice em realizar a contratação pretendida.

É a análise que encaminhamos para apreciação e deliberação.

Porto Velho-RO, 16 de fevereiro de 2022.

Elizeth Mendes de Moraes
Subcontroladora Interna- DPE/RO

AIAJ



Documento assinado eletronicamente por **Elizeth Mendes De Moraes Lima**,
Subcontroladora Interna, em 17/02/2022, às 07:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0020979** e o
código CRC **8BF5BFC1**.

Caso responda este documento, favor referenciar
expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0020979v2

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 38.032.028/0001-83
Razão Social: SUELI FERREIRA DA COSTA
Endereço: RUA SERRA AZUL 2211 / CENTRO / / / 76974-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/02/2022 a 18/03/2022

Certificação Número: 2022021712034311987352

Informação obtida em 17/02/2022 12:03:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

DECISÃO Nº 121/2022/SGAP

Vistos.

Trata-se de procedimento instaurado visando à aquisição, por dispensa de licitação, de água mineral, a fim de atender às necessidades do Núcleo de Espigão do Oeste.

Após trâmite regular pelo setor competente, o Departamento de Contabilidade, no id. 0014011, informou a existência de empenho emitido no presente exercício financeiro para a mesma natureza e objeto da pretensa aquisição, contudo, para localidade diversa.

Em seguida, a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão procedeu a emissão de pré-empenho no valor ofertado pela empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA (id. 0014121).

A Comissão Permanente de Compras e Licitação elaborou a justificativa de dispensa de licitação no id. 0014190.

Por intermédio do Parecer nº 149/2022-AJDPE (id. 0015509), a Assessoria Jurídica opinou pela possibilidade jurídica de aquisição do objeto pretendido por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II, da Lei 8.666/93, mediante o cumprimento de algumas ressalvas, tais como: a) a demonstração da inexistência de fragmentação de despesa que impeça a contratação direta na espécie pretendida; b) ciência das empresas licitantes quanto ao procedimento do certame; e, c) confecção de minuta contratual.

Por sua vez, o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, em conjunto com o Núcleo de Espigão do Oeste, esclareceram os apontamentos realizados pela ASSEJUR (id. 0017850), ao passo em que a Diretoria Administrativa anexou a minuta de contrato no id. 0018744.

Posteriormente, o Controle Interno exarou o Relatório de Conformidade nº 050/2022-CI/DPE (id. 0020979), em que entendeu não haver óbice à pretensa contratação, afirmando, ainda, inexistir fragmentação de despesa para o caso em tela, uma vez não ser a intenção da Administração a fuga ao procedimento licitatório, mas, sim, “a necessidade de concretizar a aquisição de maneira célere, eficiente e econômica”.

Além disso, apontou a necessidade de observância quanto ao vencimento do certificado de regularidade do FGTS, relativo à empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, o que foi devidamente sanado no id. 0021379.

É o necessário relatório.

Pois bem.

No que tange ao apontado pela ASSEJUR, conforme manifestou o Tribunal de

Contas do Estado de Rondônia, na esteira do Tribunal de Contas da União, em consulta constante no Processo nº 1255/2009, na análise do enquadramento de determinadas expensas como fracionamento ou fragmentação de despesa, não basta levar em conta a mesma natureza das prestações para produzir-se o somatório: “É imperiosa a presença de ambos os requisitos: mesma natureza e execução no mesmo local”.

Observa-se, assim, que a avaliação de gastos no subelemento não pode ser isolada, sob pena de inviabilizar a execução orçamentária da instituição.

Nesse sentido, o TCE-RO, na mesma consulta, apresentou os seguintes cuidados para avaliar a fragmentação de despesa:

[...] não repetir compras com o mesmo objeto (Dispensa, Convite, Tomada de Preço, no período anual); observar a característica do objeto: similitude/natureza, **local/abrangência**; estimativa de aquisições no ano; mesmo subelemento da despesa; observar a regra do artigo 15, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93. (Grifo nosso)

Finalizou a Corte de Contas:

[...] o fracionamento ou fragmentação de despesas se caracteriza pela ocorrência de aquisições sistemática de produtos da mesma natureza, em pequenos intervalos de tempo e em processos distintos, sem a observância da modalidade de licitação cabível para o total, fuga ao correto processo licitatório [...].

Portanto, só há sentido em se falar de fragmentação de despesa sob a ótica de procedimentos que dispensem a realização de licitação e que tratem de objetos que possuam a mesma natureza funcional e a **mesma localidade/abrangência**.

Ademais, com relação à alegação de que licitações distintas com base na localidade somente podem ser realizadas quando os potenciais interessados na contratação de serviços de mesma natureza não são os mesmos, deve-se atentar ao fato de que, de modo geral, empresas fornecedoras de água mineral não possuem estrutura suficiente para operacionalizar uma distribuição que abranja outras localidades.

Assim, ainda que haja previsão para contratações similares, estas seriam para outras comarcas, não se podendo compará-las à aquisição ora pretendida (Espigão do Oeste).

Como bem pontuou a Controladoria Interna, a Administração envidou esforços para realização de pregão eletrônico, com a inclusão de fornecimento de água mineral para todos os Núcleos do Estado. Ao final do certame, todavia, concluiu-se que as empresas não demonstram interesse no atendimento de demandas regionais de baixo valor, sendo o parcelamento do objeto por localidade mais vantajoso, pois “fornecimentos de pequena monta, geralmente, são atendidos por comércio local, e que a prática de outros órgãos se assemelha à realidade desta DPE-RO”.

Além de o objeto em tela ser sabidamente de difícil aquisição, uma vez que os estabelecimentos que o fornecem possuem pequeno porte e, muitas vezes, encontram-se irregulares, inviabilizando a participação em procedimentos licitatórios, os custos operacionais administrativos para realização de uma licitação ultrapassariam, em muito, a aquisição por meio de dispensa – o que é possível verificar mediante mera análise das circunstâncias que permeiam a realidade administrativa.

Desse modo, reputo superados os apontamentos feitos pela ASSEJUR.

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando o Parecer Jurídico nº 149/2022-AJDPE (id. 0015509), e o Relatório de Conformidade nº 050/2022-CI/DPE (id. 0020979), que preveem a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, em consonância ao disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista, ainda, a constatação da regularidade dos atos procedimentais, bem

como a inexistência de fragmentação de despesa, **RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO** e autorizo a contratação da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.032.028/0001-83, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de **R\$ 1.260,00 (mil, duzentos e sessenta reais)**, para fornecimento de garrações de água mineral (20 litros), conforme quantidades e especificações descritas nos autos em epígrafe, para atender à Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Comarca de Espigão do Oeste.

Assim, encaminhem-se os autos à **Secretaria de Gabinete** para providências quanto à publicação do termo de ratificação.

Em seguida, à **Diretoria de Finanças** para lançamento na programação financeira e emissão de nota de empenho.

Por fim, à **Diretoria Administrativa** para as providências necessárias à assinatura do contrato.

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 17/02/2022, às 17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0021560** e o código CRC **5AD02AD9**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0021560v4



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

TERMO

Processo SEI nº: 3001.100486.2021

Assunto: Aquisição de água mineral – Núcleo de Espigão do Oeste

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando o Parecer Jurídico nº 149/2022-AJDPE (id. 0015509), e o Relatório de Conformidade nº 050/2022-CI/DPE (id. 0020979), que preveem a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, em consonância ao disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista, ainda, a constatação da regularidade dos atos procedimentais, bem como a inexistência de fragmentação de despesa, **RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO** e autorizo a contratação da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.032.028/0001-83, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de **R\$ 1.260,00 (mil, duzentos e sessenta reais)**, para fornecimento de garrafas de água mineral (20 litros), conforme quantidades e especificações descritas nos autos em epígrafe, para atender à Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Comarca de Espigão do Oeste.

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 17/02/2022, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0021568** e o código CRC **FAEE0A87**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0021568v8

RECIBO DE ENVIO DE MATÉRIA**INFORMAÇÕES SOBRE O DIÁRIO**DOE-DPERO Nº.: **679**Data de publicação(previsão): **21/02/2022****DADOS DE MATÉRIA**

Termos

Processo SEI nº: 3001.100486.2021

Assunto: Aquisição de água mineral – Núcleo de Espigão do Oeste

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando o Parecer Jurídico nº 149/2022-AJDPE (id. 0015509), e o Relatório de Conformidade nº 050/2022-CI/DPE (id. 0020979), que preveem a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, em consonância ao disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e tendo em vista, ainda, a constatação da regularidade dos atos procedimentais, bem como a inexistência de fragmentação de despesa, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO e autorizo a contratação da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 38.032.028/0001-83, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$ 1.260,00 (mil, duzentos e sessenta reais), para fornecimento de garrações de água mineral (20 litros), conforme quantidades e especificações descritas nos autos em epígrafe, para atender à Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Comarca de Espigão do Oeste.

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento

INFORMAÇÕES SOBRE O ENVIOMatrícula responsável pelo envio: **300131291**

Data do envio: 18/02/2022 09:15:01



Ano Base: 2022

Unidade Gestora 300011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Número 2022NE000073	Data Referência 21/02/2022				
Gestão 30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Processo 3001.100486.2021	Nota Empenho Original				
Evento 400013 RC09-Emissão de Empenho da Despesa Pré-Empenhada	Referência Legal Lei 8666/93 art.24	Pré-Empenho 2022PE000033				
Credor 38.032.028/0001-83 TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Modalidade Empenho Global	Empenho Centralizado Não				
Endereço Credor	Valor 1.260,00 (Mil Duzentos e Sessenta Reais)					
Grupo Programação Financeira 330 Outras Despesas Correntes - Material de Consumo	Tipo Prestação Contas	Tipo Contrato				
Modalidade Licitação 06 Dispensa de Licitação	Transação 0540 Nota Empenho	Obedece Ordem Cronológica Sim				
Complemento						
Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito	Nota Descentralização Crédito					
Gestão Nota Descentralização Crédito	Contrato					
Histórico						
VALOR QUE SE EMPENHA PARA COBRIR DESPESA COM AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER O NUCLEO DE ESPIGÃO D OESTE AGUA MINERAL NATURAL,SEM GAS,EMBALADA EM GALOES DE POLIPROPILENO COM 20 LITROS, COM TAMPA DE PRESSÃO E LACRE E COM OS GALOES CEDIDOS EM COMODATO QUANTIDADE MENSAL: 15 QUANTIDADE ANUAL:180 VALOR UNITÁRIO R\$: 7,00 VALOR TOTAL R\$: 1.260,00						
Entrega						
Data	Prazo	Limite				
Classificação Orçamentária						
Esfera Fiscal	Unidade Orçamentária 30011	Programa Trabalho 03 122 2046 2182 218201				
Função 03 Essencial à Justiça		Subfunção 122 Administração Geral				
Programa 2046 GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - FUNDEP		Ação 2182 MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO				
Subação 218201 MANTER O FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO		Fonte Recurso 0.2.30.000000 0.230 - Recursos Destinados ao FUNDEP				
Natureza Despesa 33.90.30.07 GENEROS DE ALIMENTACAO						
Cronograma Desembolso						
Janeiro	Fevereiro	Março				
Abril	Maio	Junho				
Julho	Agosto	Setembro				
Outubro	Novembro	Dezembro				
	1.260,00					
Descrição Itens						
Item	Cód. Material	Qtđ	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total



Ano Base: 2022

Unidade Gestora 300011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Número 2022NE000073	Data Referência 21/02/2022
Gestão 30011 Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia	Processo 3001.100486.2021	Nota Empenho Original
Evento 400013 RC09-Emissão de Empenho da Despesa Pré-Empenhada	Referência Legal Lei 8666/93 art.24	Pré-Empenho 2022PE000033
Credor 38.032.028/0001-83 TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	Modalidade Empenho Global	Empenho Centralizado Não
Endereço Credor	Valor 1.260,00 (Mil Duzentos e Sessenta Reais)	

Beatriz de Andrade Chaves
Ordenador Primário

Geovany Pedraza Freitas
Ordenador Secundário



Documento assinado eletronicamente por **Geovany Pedraza Freitas, Diretor**, em 21/02/2022, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 21/02/2022, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0022328** e o código CRC **31A254F1**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0022328v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria de Finanças

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DFIN

Após tomadas as providencias cabíveis à **Diretoria de Finanças**, quanto ao **Lançamento financeiro** e a **emissão** da Nota de Empenho (nº 2022NE000073) id.:(0022328), conforme a **Decisão 121** da informação do id.:(0021560), encaminhamos os autos ao **Diretoria Administrativa** para as providencias que se fizerem necessárias.

P. Velho, 22 de fevereiro de 2022.

(Assinado Eletronicamente)
GEOVANY PEDRAZA FREITAS
DIRETOR DE FINANÇAS



Documento assinado eletronicamente por **Geovany Pedraza Freitas, Diretor**, em 22/02/2022, às 09:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0022708** e o código CRC **03931AD6**.

Data de Envio:

22/02/2022 12:47:55

De:

DPERO/Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

Para:

topdistribuidora49@gmail.com

Assunto:

Solicitação de documentação para cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Mensagem:

À empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA,

Cumprimentando-o cordialmente, para fins de possibilitar o cadastramento da empresa no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da DPE/RO, especialmente no âmbito do Processo nº 3001.100486.2021, relativo ao procedimento para aquisição de água mineral, encaminhamos o seguinte link para cadastro de usuário externo no Sistema SEI da Defensoria Pública:

Link para cadastro: https://sei.defensoria.ro.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

No link acima, o representante da empresa irá informar os dados solicitados na página, além de criar login no sistema (e-mail e senha).

Por fim, para garantir a liberação do cadastro, solicitamos que seja encaminhado a esta Diretoria Administrativa, via e-mail, os seguintes documentos:

- 1) Contrato Social da empresa;
- 2) Documentos pessoais do representante da empresa (CPF e RG) - o mesmo cadastrado acima;
- 3) Procuração, somente caso o representante cadastrado não for o mesmo que consta no Contrato Social.

Sendo o necessário, agradecemos a colaboração e aguardamos retorno com a máxima celeridade.

Att.

Anderson Luís de Souza Oppelt
Técnico Administrativo

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Diretoria Administrativa
Fones: (69) 3217-4706 Cel. func. (69)99233-9787 (Claro)
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Anexos:

Termo_de_Referencia_0010092.html



DEFENSORIA PÚBLICA
DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Aquisição de água mineral - COTAÇÕES

9 mensagens

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 9 de dezembro de 2021 13:04
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

Tendo em vista a necessidade de continuidade do procedimento de aquisição de água mineral para o núcleo para o ano de 2022.

Encaminhamos anexo cópia do termo de referência e **FORMULÁRIO DE COTAÇÃO** para que o núcleo verifique empresas locais aptas a fornecerem o produto.

Considerando que trata-se de aquisição por meio de dispensa de licitação, as certidões exigidas serão apenas as do INSS e FGTS.

Pedimos que encaminhem **pelo menos 03 cotações**, sendo que, caso não encontrem pelo menos 03 cotações, nos encaminhem as que conseguirem e informem a impossibilidade de conseguir as outras.

Solicitamos ainda que façam as cotações no prazo de 05 (cinco) dias úteis (até dia 16/12/2021) para que possamos dar continuidade à aquisição.

Atenciosamente,

--

Departamento de Almoxarifado e Patrimônio - DAP
Defensoria Pública do Estado de Rondônia

Telefone: (69) 3216-5535

Av. Gov. Jorge Teixeira, nº 1722 - Bairro Embratel


CEP: 76.820-846 Porto Velho - RO



Seja consciente nas suas ações, pense no futuro melhor para todos!

2 anexos

 **Termo de Referência - agua mineral - ESPIGÃO.docx**
111K

 **COTAÇÃO - ESPIGÃO.docx**
45K

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional
<espigao@defensoria.ro.def.br>
Para: "Depto. Almoxarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

14 de dezembro de 2021
12:54

Bom dia!

Solicito dilação de prazo para mais 30 dias, e em caso de conseguir antes as cotações encaminharemos o mais breve possível.

Atenciosamente,

Luiz Agnelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

Depto. Almojarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 15 de dezembro de 2021 12:29
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

O intuito que tínhamos era de conseguir terminar o procedimento até a segunda quinzena de janeiro de 2022, por isso pedimos as cotações.

O interesse da aquisição é do núcleo de Espigão do Oeste.
Na medida em que o núcleo considere necessária a agilidade na cotação, podem esperar o prazo que solicitaram.

Lembrando que após as cotações ainda há trâmites administrativos até a finalização da aquisição.
Portanto, assim que puderem fazer as cotações nos encaminhem.

At.te,
Tiago Varnou da Silva
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br> 13 de janeiro de 2022 10:09
Para: "Depto. Almojarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Bom dia!
Segue cotações em anexo.

Favor acusar recebimento.

At.te

Luiz Agnelo
[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

5 anexos

1.4.jpg
472K



1.5.jpg
445K



1.2.jpg
476K



1.3.jpg
493K



1.1.jpg
491K

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br> 14 de janeiro de 2022 11:54
Para: "Depto. Almoxarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

Bom dia!
Segue mais uma cotação.

At.te

Luiz Agnelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br



2.jpg
700K

Depto. Almojarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 14 de janeiro de 2022 13:21
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

Recebido.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Depto. Almojarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 14 de janeiro de 2022 13:22
Para: Aquisicao Defensoria <aquisicao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia.

Encaminhamos a cotação do núcleo para verificação da pertinência de inclusão na planilha mercadológica.

At.te,
Tiago Varnou da Silva

[Texto das mensagens anteriores oculto]



2.jpg
700K

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br> 18 de janeiro de 2022 07:52
Para: "Depto. Almojarifado e Patrimônio" <patrimonio@defensoria.ro.def.br>

bom dia!

Gostaria de saber quem está responsável por esse processo aquisitivo e o telefone para eu poder ligar.

At.te

Luiz Agnelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

Depto. Almoxarifado e Patrimônio <patrimonio@defensoria.ro.def.br> 18 de janeiro de 2022 09:56
Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia, Luiz.

Pode ligar pra nós do DAP mesmo.

Falar com Tiago ou João.
Telefone: 99245-4171

At.te,
Tiago Varnou


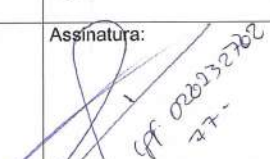
[Texto das mensagens anteriores oculto]



DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

COTAÇÃO DE PREÇO - ÁGUA MINERAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Água Mineral Garrafão de 20 litros Água mineral natural, sem gás, embalada em galões de polipropileno com 20 litros, com tampa de pressão e lacre e com os galões cedidos em comodato.	UNIDADE	15	180	S-30	918,00

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:  CNPJ 294712420001-45 FOX EMERGENCY DECS LDA-	Local: FOX	Responsável pela cotação da Empresa: MARIA GABRIATI	Valor da Proposta:
	Data: 12-01-2022	Fone: 3481-1515	Validade da Proposta: 90 (NOVENTA DIAS)
	Dados Bancários: AG. 3271 C/C. 56734-5 S:COOB	Assinatura:  CPF 02032702 27-	Prazo de Entrega: IMEDIATO
			Servidor da DPE/RO que realizou a cotação: WUIZ AGUIAR

OBS: As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/fatura, os seguintes documentos: **Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e FGTS.**

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Avenida Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP: 76.803-899 - Porto Velho - RO
www.defensoria.ro.def.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almojarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Considerando a continuidade do procedimento de aquisição. Informamos que fomos contatados pelo Núcleo de Espigão, através do servidor Luis Agnelo, que constatou que uma cotação não constava do procedimento.

A cotação foi encaminhada ao DAP e logo em seguida encaminhada ao Departamento de Aquisição, no entanto não foi adicionada ao procedimento (id. 0024114), conforme email id. 0024113, folhas 04/05.

Ainda conforme informou a cotação ainda estaria válida, conforme informação id. 0017599, folha 01.

Assim, encaminhamos a informação e a cotação para verificação da pertinência de alteração do fornecedor que teria ofertado menor preço.

Respeitosamente.

Porto Velho, 25 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 25/02/2022, às 10:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0024115** e o código CRC **008F077E**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0024115v2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.471.242/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/01/2018
NOME EMPRESARIAL FOX - COMERCIO DE GAS LTDA.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FOX DISTRIBUIDORA FOGAS	PORTE EPP	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.29-6-02 - Comércio varejista de mercadorias em lojas de conveniência 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV NACOES UNIDAS	NÚMERO 1876	COMPLEMENTO *****
CEP 76.974-000	BAIRRO/DISTRITO VISTA ALEGRE	MUNICÍPIO ESPIGAO D'OESTE
UF RO	ENDEREÇO ELETRÔNICO RONDONIAESCRITORIO@GMAIL.COM	
TELEFONE (69) 3481-1515		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/01/2018	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **25/02/2022** às **16:22:44** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	29.471.242/0001-45
NOME EMPRESARIAL:	FOX - COMERCIO DE GAS LTDA.
CAPITAL SOCIAL:	R\$60.000,00 (Sessenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	VICTOR ALEXANDRE GABIATTI
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	INAIA PEREIRA OLIVEIRA SILVA GABIATTI
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 25/02/2022 às 16:23 (data e hora de Brasília).

Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 29.471.242/0001-45 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse Centro Virtual de Atendimento e-CAC (<https://cav.receita.fazenda.gov.br/>).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/certidoes-e-situacao-fiscal/orientacoes-gerais>).

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FOX - COMERCIO DE GAS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 29.471.242/0001-45

Certidão n°: 6767274/2022

Expedição: 25/02/2022, às 16:31:17

Validade: 24/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FOX - COMERCIO DE GAS LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **29.471.242/0001-45**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.471.242/0001-45

Razão Social: FOX COMERCIO DE GAS LTDA

Endereço: RUA ACRE / VISTA ALEGRE / ESPIGAO D'OESTE / RO / 76974-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/02/2022 a 13/03/2022

Certificação Número: 2022021202174950973034

Informação obtida em 25/02/2022 17:01:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 29.471.242/0001-45

Razão social: FOX COMERCIO DE GAS LTDA

Resultado da consulta em 25/02/2022 17:03:18

Obtenha o [Certificado de Regularidade do FGTS - CRF](#)

Consulte o [Histórico do Empregador](#)

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA

Com os cordiais cumprimentos, segundo as informações prestadas pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio em ID 0024115, foi constatado que a cotação da empresa **Fox Comércio de Gás Ltda (CNPJ: 29.471.242/0001-45)**, datada de 12/01/2022, não havia sido devidamente acostada a este processo, razão pela qual foi procedida sua juntada superveniente em ID 0024114.

De acordo com o comunicado, a empresa em questão teria ofertado o menor preço, com valor unitário de **R\$ 5,10 (cinco reais e dez centavos) para cada galão**, e total de **R\$ 918,00 (novecentos e dezoito reais)**, sendo que a cotação ainda estaria válida.

Com vistas a averiguar a regularidade fiscal e trabalhista da empresa, esta Diretoria Administrativa procedeu a consulta e emissão de certidões negativas, ora anexada em ID 0024587, sendo observado que não foi possível emitir por meio da internet a certidão de débitos relativos a créditos tributários federais.

Diante disso, considerando as informações supervenientes, submetemos o feito à Secretaria-Geral de Administração e Planejamento para deliberação a respeito da nova cotação colacionada ao feito em ID 0024114.

Respeitosamente,

Porto Velho, 25 de fevereiro de 2022.

Ânderson Luís de Souza Oppelt

Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Luis de Souza Oppelt, Técnico Administrativo**, em 25/02/2022, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0024591** e o código CRC **23E4220A**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0024591v9



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

DESPACHO - SGAP

Vistos.

Considerando as informações prestadas nos ids. 0024115 e 0024591, remetam-se os autos ao **Departamento de Almoxarifado e Patrimônio**, a fim de que verifique se a empresa que apresentara o menor valor (id. 0024114) possui interesse em regularizar a certidão de débitos relativos a créditos tributários federais.

Advindo resposta, ou não, retornem-me para deliberação.

COM URGÊNCIA.

Porto Velho, 03 de março de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 03/03/2022, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0024805** e o código CRC **F1F34AA7**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0024805v3

←  +55 69 9982-6190



Bom dia 12:54 ✓✓

Vocês fizeram um orçamento pra gente aqui da Defensoria 12:54 ✓✓



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADA	UNIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Agua Mineral Garrafão de 20 litros Agua mineral natural, sem gás, embalsamada em garrafas de polipropileno (PET) UNICORNE Preta, com tempo de validade a partir de 180 dias, produzida em unidades.	litros	100	R\$	0,30	30,00

Dados do CONTRATADO:
 Nome: [Handwritten]
 CNPJ: [Handwritten]
 Inscrição Estadual: [Handwritten]
 Inscrição Municipal: [Handwritten]
 Endereço: [Handwritten]

Dados do PROJETO:
 Nome do Projeto: [Handwritten]
 Unidade de Trabalho: [Handwritten]
 Data de Entrega: [Handwritten]
 Nome do Responsável: [Handwritten]

Só que não estamos conseguindo emitir a certidão de débitos relativos a créditos tributários federais 12:55 ✓✓

Vocês vão conseguir regularizar isso? 12:56 ✓✓

Conseguem encaminhar as certidões atualizadas? 12:56 ✓✓

Você

Vocês vão conseguir regularizar isso?

Estou regularizando este mês 13:00

Até que data vocês conseguem regularizar? E esse orçamento que vocês passaram pra 1 ano continua válido mesmo certo? 13:01 ✓✓

Até o fim do mês, caso seja prejudicial pode fechar com outra empresa, eu entendo. A Pandemia nos deu um "prejuizinho". 13:02



Mensagem



←  +55 69 9982-6190



Você

Vocês vão conseguir regularizar isso?

Estou regularizando este mês 13:00

Até que data vocês conseguem regularizar?
E esse orçamento que vocês passaram pra
1 ano continua válido mesmo certo? 13:01 ✓✓

Até o fim do mês, caso seja prejudicial pode
fechar com outra empresa, eu entendo. A
Pandemia nos deu um "prejuizinho". 13:02

+55 69 9982-6190

Até o fim do mês, caso seja prejudicial pode
fechar com outra empresa, eu entendo. A
Pandemia nos deu um "prejuizinho".

Vamos verificar aqui. Porque temos uma
pressa com essas aguas 13:03 ✓✓

Sim 13:03

Entendo 13:03

Dependendo do que for decidido nós
entramos em contato se for fechar o
contrato 13:03 ✓✓

Ok 13:03

Mas muito obrigado pela atenção 13:03 ✓✓



13:03



Mensagem





DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Departamento de Almojarifado e Patrimônio

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA/SGAP-DA-DAP

Em atenção ao Despacho id.: 0024805, entramos em contato com o fornecedor em questão, sendo que o mesmo informou que poderá regularizar a situação "até o fim do mês". Sendo que o fornecedor informou ainda que compreende caso seja necessário a DPE acertar contrato com outro fornecedor (id. 0025100).

Desse modo, conforme Despacho, retornamos os autos para deliberação.

Respeitosamente.

Porto Velho, 03 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Vitor Sousa De Oliveira Rios, Chefe de Departamento**, em 03/03/2022, às 14:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0025101** e o código CRC **B6636D1E**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0025101v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

DESPACHO - SGAP

À vista do informado pelo Departamento de Almojarifado e Patrimônio no id. 0025101, remeta-se o feito à **Diretoria Administrativa** para que, em contato com o Núcleo de Espigão d'Oeste, verifique quanto à possibilidade de aguardar até o fim do mês, para nova averiguação acerca da regularidade da empresa que apresentara a menor proposta.

Em caso positivo, sobreste-se o feito pelo prazo indicado.

Em caso negativo, retorne-me.

Porto Velho, 03 de março de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 03/03/2022, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0025156** e o código CRC **FEFB82ED**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0025156v2



Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

Água mineral

3 mensagens

Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

3 de março de 2022 15:03

Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Conforme prévio contato com o servidor LUIZ, solicito informações sobre **qual o quantitativo estimado de água mineral para os próximos dias**. Aproveitamos para informá-los que o processo de aquisição de água mineral para o Núcleo está na fase de decisão da colocação da empresa que realizará o fornecimento, pendente de apresentação de documentos de regularidade fiscal.

Respeitosamente,

Silvana MFR Pimentel
Diretora Administrativa

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Diretoria Administrativa

Fones: (69) 3217-4706 Cel. func. (69)99233-9787 (Claro)

DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIASender notified by
Mailtrack

Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

4 de março de 2022 07:24

Para: Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

Bom dia!
Possuímos água mineral para um período aproximado de 7 dias.

Atenciosamente,

Luiz Agnelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Defensoria Pública do Estado de Rondônia
NÚCLEO DE ESPIGÃO DO OESTE
Av. Rio Grande do Sul, 2652 – Centro.
CEP: 76974-000
Fone: (69) 3481-1422
Celular e Whatsapp: (69) 9 9284-1306
E-mail: espigao@defensoria.ro.def.br
Site: www.defensoria.ro.def.br

Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

4 de março de 2022 07:40

Para: Defensoria Pública - Espigão do Oeste - Institucional <espigao@defensoria.ro.def.br>

Muito grata!

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Diretoria Administrativa

Fones: (69) 3217-4706 Cel. func. (69)99233-9787 (Claro)

DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA



Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

INFORMAÇÃO - SGAP/SGAP-DA

Atendendo ao despacho de id 0025156, informo que, empreendi contato via email com o Núcleo de Espigão d'Oeste e verifiquei que há estoque de água mineral somente para 7 (sete) dias, id 0025192, sendo, portanto, inviável o aguardo até o final do mês para averiguação da regularidade da empresa que apresentara a menor proposta, *s.m.j.*

Ademais, insta salientar que foi-me informado pelo servidor Luz Agnelo, Técnico Administrativo, via whatsapp, que o Defensor Público titular local está fornecendo água mineral ao Núcleo, com recursos próprios.

Desse modo, retorno os autos à **Secretária-Geral de Administração e Finanças**, para deliberações pertinentes.



Documento assinado eletronicamente por **Silvana Maria Froes Ramos Pimentel, Diretor(a)**, em 04/03/2022, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0025447** e o código CRC **021DEBA6**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0025447v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.100486.2021

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Aquisição de água mineral (galão de 20 litros) para o núcleo de Espigão D'Oeste

DESPACHO - SGAP

Vieram-me os autos para deliberação acerca das informações apresentadas nos ids. 0024115 e 0024591, relativas à não juntada, pelo Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, de uma das cotações encaminhadas pelo Núcleo de Espigão d'Oeste na fase inicial do procedimento em tela.

Em que pese a cotação da FOX - COMERCIO DE GAS LTDA, acostada no id. 0024114, apresentar o menor valor para o objeto pretendido, a empresa em questão não possui regularidade fiscal, o que, de qualquer modo, obstará eventual contratação.

De toda sorte, em atenção ao princípio da isonomia, haja vista o prazo oportunizado à TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA no id. 0013680, buscou-se verificar se a FOX possuiria interesse em regularizar sua situação. Entretanto, consoante demonstrado no id. 0025100, não há prazo determinado para obtenção da certidão faltante, apenas uma previsão de regularização, nas palavras do representante da empresa, "até o fim do mês".

Portanto, ainda que o equívoco em voga não houvesse ocorrido e a cotação tivesse sido juntada aos autos no momento devido, o procedimento teria seguido da mesma forma, com a contratação da segunda colocada.

Assim, considerando a urgência que o caso requer, em virtude do baixo estoque de água mineral no Núcleo de Espigão d'Oeste – o qual, ressalte-se, vem sendo fornecido por recursos próprios do Defensor Público titular daquela localidade (id. 0025447) –, determino o prosseguimento do feito na forma em que se encontra.

À **Diretoria Administrativa** para as providências necessárias à assinatura do contrato.

Porto Velho, 04 de março de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES

Secretária-Geral de Administração e Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz De Andrade Chaves, Secretário(a)-Geral de Administração e Planejamento**, em 05/03/2022, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0025759** e o
código CRC **F1D591AF**.

Caso responda este documento, favor referenciar
expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0025759v3

Data de Envio:

07/03/2022 08:36:28

De:

DPERO/Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

Para:

topdistribuidora49@gmail.com

Assunto:

Solicitação de documentação para cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Mensagem:

À empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste reiterar o pedido de cadastramento da empresa no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da DPE/RO, especialmente para assinatura do Contrato Administrativo no âmbito do Processo nº 3001.100486.2021, relativo ao procedimento para aquisição de água mineral.

O cadastro de usuário externo poderá ser realizado por meio do seguinte link:

Link para cadastro: https://sei.defensoria.ro.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

No link acima, o representante da empresa irá informar os dados solicitados na página, além de criar login no sistema (e-mail e senha).

Por fim, para garantir a liberação do cadastro, solicitamos que seja encaminhado a esta Diretoria Administrativa, via e-mail, os seguintes documentos:

- 1) Contrato Social da empresa;
- 2) Documentos pessoais do representante da empresa (CPF e RG) - o mesmo cadastrado acima;
- 3) Procuração, somente caso o representante cadastrado não for o mesmo que consta no Contrato Social.

Sendo o necessário, agradecemos a colaboração e aguardamos retorno com a máxima celeridade.

Att.

Anderson Luís de Souza Oppelt
Técnico Administrativo

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Diretoria Administrativa
Fones: (69) 3217-4706 Cel. func. (69)99233-9787 (Claro)
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Anexos:

Termo_de_Referencia_0010092.html

PRINT WHATSAPP - DATA 08/03/2022

Top Distribuidora De Bebidas Ltda
online

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA 1 de 4

ADAO FERREIRA ALVES, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, comerciante, nascido em 07/12/1981, portador do RG 712218 SSP-RJ, inscrito no CPF 887.956.673-17, residente e domiciliado a Rua Torquato, nº 1795, bairro Bela Vista, na cidade de Espírito Santo CEP 76.974-000. STELLI FERREIRA DA COSTA, brasileira, casada sob regime comunitário parcial de bens, natural da cidade de Curitiba, nascida em 07/10/1988, nº do documento de identidade 000769270 SSP-RJ, nº do CPF 766.176.492-68, RESIDENTE E DOMICILIADA na Rua Serra Azul, 2611, centro, cidade de Espírito Santo CEP 76.974-000, únicos sócios da sociedade empresária inscrita "TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA", com sede na Rua Serra Azul, 2611, CENTRO CEP 76974000, Espírito Santo CEP-RJ, registrada na Junta Comercial do estado de Rondônia sob o NIRE nº 11200940041, por despacho em

PDF TOP DISTRIBUIDORA TERCEIRA ALTE...
4 páginas - PDF - 1 MB 09:47

Você
São esses documentos
Os documentos em PDF? 09:47

Top Distribuidora De Bebidas Ltda
Os documentos em PDF?
De preferência, sim 09:50 ✓✓
Mas se tiver dificuldades, pode mandar foto legível 09:50 ✓✓

Ok 09:52

Top Distribuidora De Bebidas Ltda
TOP DISTRIBUIDORA TERCEIRA ALTERAÇÃO socios
2022.pdf • 4 páginas

Recebemos 2 pedidos de cadastro, qual o e-mail correto?
dieisonilvaddeoliveira@gmail.com ou
dieisonilvadeoliveira@gmail.com? 11:11 ✓✓
Ficamos no aguardo do RG e CPF 11:12 ✓✓

Você
Recebemos 2 pedidos de cadastro, qual o e-mail correto?
dieisonilvaddeoliveira@gmail.com ou
dieisonilvadeoliveira@gmail.com?
O último 11:26

Beleza.. só precisamos agora do RG e CPF (ou carteira de motorista q tem ambos) 11:28 ✓✓

Encaminhada

PDF img20220308.pdf
1 página - PDF - 348 KB 11:43

ADAO FERREIRA ALVES, brasileiro, casado sob regime parcial de bens, comerciante, nascido em 07/12/1981, portador do RG 715213 SSP/RO, inscrito no CPF 687.996.672-15, residente e domiciliado a Rua Tocantins, nº 1795, bairro Bela Vista, na cidade de Espigão do Oeste/RO CEP 76.974-000. **SUELI FERREIRA DA COSTA**, brasileira, casada sob regime comunhão parcial de bens, natural da cidade de Cacoal/SC, nascida em 07/10/1983, nº do documento de identidade 000799270 SSP/RO, nº do CPF 768.178.492-68, RESIDENTE E DOMICILIADA na Rua Serra Azul, 2611, centro, cidade de Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000; únicos sócios da sociedade empresária limitada “**TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA**”, com sede na Rua Serra Azul, 2611, CENTRO/CEP:76974000/ Espigão d’Oeste - RO, registrada na Junta Comercial do estado de Rondônia sob o NIRE nº. 11200994041, por despacho em sessão de 10/12/2020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº. 38.032.028/0001-83, resolvem, e assim o fazem, alterar o Contrato Social mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA: Retira-se da sociedade o sócio **ADAO FERREIRA ALVES** acima qualificado, detentor de 25.000 (Vinte e cinco mil) quotas de capital cada no valor de R\$ 1,00(Um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) cedendo e transferindo totalmente suas quotas pelo mesmo valor para o sócio ingressante **DIEISON SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, natural da cidade de Espigão do Oeste/RO, nascido em 16/11/2001, nº do documento de identidade 1510142 SESDC/RO, nº do CPF 701.917.712-36, RESIDENTE E DOMICILIADA na Rua Serra Azul, 2607, centro, cidade de Espigão do Oeste/RO, CEP 76.974-000, dando plena, geral e irrevogável quitação, para não mais reclamar no futuro, o qual ingressa pelo presente e neste ato na sociedade.

CLAUSULA SEGUNDA: Retira-se da sociedade a sócia **SUELI FERREIRA DA COSTA** acima qualificada, detentor de 25.000 (Vinte e cinco mil) quotas de capital cada no valor de R\$ 1,00(Um real) cada uma, perfazendo o total de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) cedendo e transferindo totalmente suas quotas pelo mesmo valor para o sócio ingressante **DIEISON SILVA DE OLIVEIRA**, acima qualificado, dando plena, geral e irrevogável quitação, para não mais reclamar no futuro, o qual ingressa pelo presente e neste ato na sociedade.

CLÁUSULA TERCEIRA: O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta Mil Reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas, de valor nominal de R\$1,00 (Um Real) real cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país, integralizadas neste ato pelos Sócios em moeda corrente e legal deste País:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$	%
DIEISON SILVA DE OLIVEIRA	50.000	50.000,00	100
TOTAL	50.000	50.000,00	100

CLAUSULA QUARTA: O sócio ingressante declara conhecer o ativo e passivo da sociedade, bem como a situação financeira em que se encontra.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas ambos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA: A administração da sociedade será exercida por **DIEISON SILVA DE OLIVEIRA**, com os poderes e atribuições de administradores autorizados o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA SETIMA: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

CLAUSULA OITAVA: À vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, com a seguinte redação.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial “**TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA**”, com sede na Rua Serra Azul, 2611, CENTRO/CEP:76974000/ Espigão d’Oeste – RO.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, subscrita e integralizadas, em moeda corrente do País, neste ato, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

NOME	Nº. DE QUOTAS	VALOR R\$
DIEISON SILVA DE OLIVEIRA	50.000	50.000,00
TOTAL	50.000	50.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA: O objetivo social é: 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade iniciou suas atividades em 10/08/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade empresaria limitada caberá a sócio, **DIEISON SILVA DE OLIVEIRA**, podendo assinar individualmente pela firma assim como, aceites de duplicatas, compra e venda de móveis e outros e o movimento de contas bancárias; no qual o sócio assinará individualmente, sendo-lhes vedado o uso da razão social para fins estranhos a sociedade tais como, cartas de fianças, avais e outros documentos análogos, o sócio que infringir esta proibição ficará individualmente responsável pelo compromisso contraído.

CLAUSULA OITAVA: Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA NONA: Cada sócio tem direito de retirar mensalmente a título de retirada pró-labore a importância que for permitida pela legislação do Imposto de Renda ou a que for suportada pela situação da sociedade, retirada esta que será a débito da conta de despesas administrativas na contabilidade da sociedade.

CLÁUSULA DECIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou

inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não esta impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)..

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Espigão do Oeste - RO, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando desta forma justa e contratada, assinam o presente em 01(uma) via.

Espigão D' Oeste – RO, 21 de Janeiro de 2021.

ADAO FERREIRA ALVES

SUELI FERREIRA DA COSTA

DIEISON SILVA DE OLIVEIRA



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
68799667215	ADAO FERREIRA ALVES
70191771236	DIEISON SILVA DE OLIVEIRA
76817849268	SUELI FERREIRA DA COSTA

CERTIFICO O REGISTRO EM 25/01/2022 10:16 SOB Nº 20220029970.
PROTOCOLO: 220029970 DE 24/01/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12200901679. CNPJ DA SEDE: 38032028000183.
NIRE: 11200994041. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 21/01/2022.
TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA



LEILSON COSTA DE SOUZA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ro.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
informando seus respectivos códigos de verificação.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 38.032.028/0001-83 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 10/08/2020
NOME EMPRESARIAL TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) TOP DISTRIBUIDORA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 56.11-2-03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SERRA AZUL	NÚMERO 2611	COMPLEMENTO *****
CEP 76.974-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESPIGAO D'OESTE
		UF RO
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (69) 8414-5734	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/08/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/03/2022** às **13:17:04** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	38.032.028/0001-83
NOME EMPRESARIAL:	TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DIEISON SILVA DE OLIVEIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **08/03/2022** às **13:17** (data e hora de Brasília).

PORTARIA N.º 237/2022/DPG/DPERO

Porto Velho, 18 de fevereiro de 2022.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições legais, especialmente na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Rondônia, da Lei Complementar Federal n.º 80/1994, de 12 de janeiro de 1994, da Lei Complementar Estadual n.º 117/1994, de 04 de novembro de 1994, e do Decreto n.º 26.094, de 19 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n.º 104, de 20 de maio de 2021,

CONSIDERANDO o Processo n.º 3001.101110.2022,

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, a pedido e a contar de 21.02.2022, o servidor LEONARDO NOVAIS RODRIGUES, matrícula n.º 300131440, lotado na Comarca de Presidente Médici, do cargo comissionado de Assessor de Defensor (DPE-ADP-1), pertencente ao Quadro de Cargos de Direção Superior e Assessoramento da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HANS LUCAS IMMICH
Defensor Público-Geral do Estado

Termos

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI n.º: 3001.100488.2021

Assunto: Aquisição de água mineral - Ji Paraná

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando o Parecer Jurídico n.º 144/2022-AJDPE e o Relatório de Conformidade n.º 53/2022-CI/DPE, que preveem a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, em consonância ao disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, e tendo em vista, ainda, a constatação da regularidade dos atos procedimentais, bem como a inexistência de fragmentação de despesa, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO e autorizo a contratação da empresa SILVA & MASTRANGELO COMERCIO DE GAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.769.981/0001-20, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, no valor de R\$3.060,00 (três mil e sessenta reais), para fornecimento de garrações de água mineral (20 litros), conforme quantidades e especificações descritas nos autos em epígrafe, para atender à Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Comarca de Ji Paraná.

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
Secretária-Geral de Administração e Planejamento

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo SEI n.º: 3001.100486.2021

Assunto: Aquisição de água mineral – Núcleo de Espigão do Oeste

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, considerando o Parecer Jurídico n.º 149/2022-AJDPE (id. 0015509), e o Relatório de Conformidade n.º 050/2022-CI/DPE (id. 0020979), que preveem a possibilidade de contratação por dispensa de licitação, em consonância ao disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, e tendo em vista, ainda, a constatação da regularidade dos atos procedimentais, bem como a inexistência de fragmentação de despesa, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO e autorizo a contratação da empresa TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 38.032.028/0001-83, com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, no valor total de R\$ 1.260,00 (mil, duzentos e sessenta reais), para fornecimento de garrações de água mineral (20 litros), conforme quantidades e especificações descritas nos autos em epígrafe, para atender à Defensoria Pública do Estado de Rondônia na Comarca de Espigão do Oeste.

Porto Velho, 17 de fevereiro de 2022.

BEATRIZ DE ANDRADE CHAVES
Secretária-Geral de Administração e Planejamento



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Contrato Nº 13/2022

CONTRATO Nº 13/2022/DPE-RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2022/DAP/DPE-RO

PROCESSO: 3001.100486.2021/SEI/DPE-RO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E
A EMPRESA TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS
LTDA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA, denominada **DPE/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.072.076/0001-95, com sede na Avenida Jorge Teixeira, nº 1722, Bairro Embratel - CEP: 76.820-846 - Porto Velho - RO, neste ato representado pelo **Defensor Público-Geral do Estado, Dr. Hans Lucas Immich**, portador da cédula de identidade de nº 206.938.5595 SJTC/RS e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 995.011.800-00, nomeado pelo Decreto nº 26.094, de 19 de maio 2021.

CONTRATADA: Empresa **TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA**, denominada **Top Distribuidora**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.032.028/0001-83, com sede na Rua Serra Azul, nº 2611, Bairro Centro, na cidade de Espigão do Oeste/RO, CEP: 76.974-000, tel. (69) 99232-6457, e-mail: topdistribuidora49@gmail.com, representada neste ato por seu representante legal Senhor **Dieison Silva de Oliveira**, portador da cédula de identidade nº 1510142 SESDEC/RO, inscrito no CPF sob o nº 701.917.712-36, de acordo com os poderes de administração concedidos no contrato social (ID 0026693).

O presente contrato se regerá pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei 8.078/1990, Lei Estadual nº 2.414/2011, pelos Decretos Estaduais nº 16.089/2011 e nº 21.675/2017, alterações e demais legislações vigentes, bem como em face da proposta da empresa e da respectiva Ratificação de Dispensa, publicada no DOE-DPE-RO n. 679, de 21/02/2022 (ID 0027027), atendidas as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante Dispensa de Licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de

Rondônia na comarca de Espigão do Oeste/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos, cujos elementos integram o presente.

1.2. Demais especificidades seguem descrições e detalhes descritos nos itens **02** e **04** do termo de referência (ID 0010092).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE

2.1. O valor total do presente Contrato é realizado de forma estimada e importa no montante total de **R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais)**.

2.2. O valor acima descrito se dá com base no preço individual, ofertado pela Contratada, de **R\$ 7,00 (sete reais)** para cada galão de 20 litros de água mineral, sendo assim estimado o consumo mensal de **15 (quinze) galões**, e, um total anual de possíveis **180 (cento e oitenta) galões** (ID 0009970, p. 08).

2.3. Os preços unitários serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, podendo o contrato variar em seu valor final apenas em razão de variações da estimativa de consumo ao longo da execução do objeto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO

4.1. Conforme prazos e condições minuciosamente detalhados nos itens **05** e **06** do termo de referência (ID 0010092).

5. CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Conforme descrito no item **07** do termo de referência (ID 0010092).

6. CLÁUSULA SEXTA- DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será feito conforme disposto no item **08** do termo de referência (ID 0010092).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita as sanções definidas no item **10** do termo de referência (ID 0010092).

8. CLÁUSULA OITAVA - DO SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

8.1. As condições gerais orçamentárias seguem conforme definido no item **09** do termo de referência, e, em específico, as despesas decorrentes do presente Processo ocorrerão à conta do Programa de Trabalho nº 03.122.2046.2182.218201, Fonte do Recurso: 0.2.30.000000 0.230, cujo valor está devidamente reservado pela nota de pré-empenho nº 2022PE000033 (ID 0014121) e nota de empenho nº 2022NE000073 (ID 0022328).

9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/1993, desde que haja interesse da Contratante, com a apresentação das devidas justificativas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, sendo devidamente motivada nos autos do processo e assegurado o contraditório e a ampla defesa do CONTRATADO.

10.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA ONZE - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93 e Regulamento nº 021/2018-GAB/DPERO, este Contrato terá como Gestor o servidor **Felipe de Oliveira Batista, Assessor Especial III, Matrícula nº 300131076**, bem como Fiscal Titular o servidor **Luiz Agnelo Sicheroli Junior, Técnico Administrativo, Matrícula nº 300130816**, ou outros servidores responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, indicados pela Administração.

11.2. A fiscalização da execução do Contrato consiste na verificação da conformidade da prestação do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido "in loco" por fiscal lotado no núcleo da comarca de Espigão do Oeste/RO, ou outro designado pela Administração, ao qual caberá prestar as informações necessárias sobre a prestação de serviços e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados.

11.3. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

11.3.1. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do objeto do Contrato, de acordo com as especificações contidas no termo de referência, assim como o pronto atendimento das solicitações.

11.3.2. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao setor competente para o devido pagamento.

11.3.3. Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 69 da Lei 8.666/1993 e suas alterações, no que couber.

11.4. Competências do fiscal:

11.4.1. Verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

11.4.2. Receber e dirimir as reclamações dos setores da Administração atingidos pela má qualidade de serviços e obras;

11.4.3. Implantar instrumentos de controle para assegurar ao órgão a qualidade dos serviços prestados, implantando, conforme o caso, formulários para sugestão/reclamação, pesquisas diretas de satisfação, urnas coletoras de opinião e outros mecanismos que permitam aferir qualidade e satisfação;

11.4.4. Orientar a contratada, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do contrato; e pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução;

11.4.5. Notificar a contratada, após exaurido o prazo previsto para entrega, acerca do atraso injustificado, fixando data-limite para o cumprimento da obrigação e sobre possível punição;

11.4.6. Interditar provisoriamente obras ou suspender a prestação de serviços, comunicando ao gestor as razões do incidente e as providências adotadas;

11.4.7. Certificar;

11.4.8. Representar ao gestor contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução do contrato, mas acerca de circunstância de que tenha conhecimento em razão do ofício;

11.4.9. Orientar glosa em faturas;

11.4.10. Aprovar, atestar e sinalizar para pagamento; e,

11.4.11. Receber provisoriamente o objeto.

11.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12. CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O presente Contrato vincula-se ao termo de referência n. 11/2022 (ID 0010092), à dispensa de licitação publicada no DOE-DPE-RO n. 679, de 21/02/2022 (ID 0027027), e à proposta da parte contratada (ID 0009970, p. 08).

12.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pelo fornecedor.

12.2.1. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

12.3. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente Contrato.

12.4. Os casos omissos regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.5. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

13. CLÁUSULA TREZE - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da comarca de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que surgirem da execução do presente Contrato.

13.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas partes.

Porto Velho - RO, data e horário do sistema eletrônico.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Hans Lucas Immich

TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

Dieison Silva de Oliveira

Representante legal da empresa



Documento assinado eletronicamente por **Dieison Silva de Oliveira, Usuário Externo**, em 15/03/2022, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hans Lucas Immich, Defensor Público-Geral do Estado**, em 15/03/2022, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0027028** e o código CRC **FB267EFE**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0027028v9



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

EXTRATO - SGAP/SGAP-DA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2022/DPE-RO

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CNPJ: 01.072.076/0001-95

CONTRATADA: TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CNPJ: 38.032.028/0001-83

OBJETO: Aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante dispensa de licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de Espigão do Oeste/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos.

VALOR: R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais)

DESPESA: Programa de trabalho: 03.122.2046.2182.218201 - Natureza de Despesa: 33.90.30.07 - Fonte: 0.2.30.000000 0.230

PROCESSO: 3001.100486.2021/SEI/DPE-RO

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2022

ASSINAM:

- HANS LUCAS IMMICH - Defensor Público-Geral / DPE-RO
- DIEISON SILVA DE OLIVEIRA - Representante / Contratada

Porto Velho - RO, data e horário do sistema eletrônico.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Hans Lucas Immich
Defensor Público-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Hans Lucas Immich, Defensor Público-Geral do Estado**, em 15/03/2022, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0027093** e o código CRC **D22E6497**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0027093v4



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

CERTIDÃO - SGAP/SGAP-DA

Certifico e dou fé que o Extrato do Contrato nº 13/2022/DPE-RO (ID 0027093) foi enviado à publicação no Diário Oficial da DPE/RO, com previsão de disponibilização no DOE n. 693, de 16/03/2022.

RECIBO DE ENVIO DE MATÉRIA

INFORMAÇÕES SOBRE O DIÁRIO

DOE-DPERO N°: 693

Data de publicação(previsão): 16/03/2022

DADOS DE MATÉRIA

Extratos

EXTRATO DO CONTRATO N° 13/2022/DPE-RO

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CNPJ: 01.072.076/0001-95

CONTRATADA: TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CNPJ: 38.032.028/0001-83

OBJETO: Aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante dispensa de licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de Espigão do Oeste/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos.

VALOR: R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais)

DESPESA: Programa de trabalho: 03.122.2046.2182.218201 - Natureza de Despesa: 33.90.30.07 - Fonte: 0.2.30.000000 0.230

PROCESSO: 3001.100486.2021/SEI/DPE-RO

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2022

ASSINAM:

- HANS LUCAS IMMICH - Defensor Público-Geral / DPE-RO

- DIEISON SILVA DE OLIVEIRA - Representante / Contratada

Porto Velho - RO, data e horário do sistema eletrônico.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Hans Lucas Immich

Defensor Público-Geral

INFORMAÇÕES SOBRE O ENVIO

Matrícula responsável pelo envio: 300130995

Data do envio: 15/03/2022 12:12:01

Imprimir o recibo

Porto Velho - RO, 15 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Luis de Souza Oppelt, Técnico Administrativo**, em 15/03/2022, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0029148** e o código CRC **122BDCA4**.

Caso responda este documento, favor referenciar expressamente o Processo nº 3001.100486.2021.

Documento SEI nº 0029148v2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria-Geral de Administração e Planejamento
Diretoria Administrativa

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

CERTIDÃO - SGAP/SGAP-DA

Certifico e dou fé que procedi o lançamento do Contrato nº 13/2022/DPE-RO (ID 0027028) no portal da transparência da DPE/RO, conforme captura de tela abaixo:

Portal da Transparência

> Início > Contratos > Detalhes do Contrato

Detalhes do Contrato

15 Março 2022 às 12:40:20

Identificação	Contratado	Abertura	Término	Valor Atualizado	Status
13/2022/DPE-RO	TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA	15/03/2022	15/03/2023	0,00	Em execução

Objeto

Aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante Dispensa de Licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de Espigão do Oeste/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos.

Valor Inicial	Processo	Dias para vencer
1.260,00	3001.100486.2021/SEI/DPE-RO	365 dias

↓ Lista de Arquivos

[Contrato nº 13/2022/DPE-RO](#)

Porto Velho - RO, 15 de março de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Luis de Souza Oppelt, Técnico Administrativo**, em 15/03/2022, às 13:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0029182** e o código CRC **4ED03B30**.

Data de Envio:

15/03/2022 14:09:31

De:

DPERO/Diretoria Administrativa <administracao@defensoria.ro.def.br>

Para:

topdistribuidora49@gmail.com
dieisonilvadeoliveira@gmail.com

Assunto:

Encaminhamento do Contrato nº 13/2022/DPE-RO

Mensagem:

Prezado(a),

Cumprimentando-o(a) cordialmente, encaminhamos em anexo cópia do Contrato nº 13/2022/DPE-RO (assinado) para fins de conhecimento.

Att.

Ânderson Luís de Souza Oppelt
Técnico Administrativo

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO

Diretoria Administrativa
Fones: (69) 3217-4706 Cel. func. (69)99233-9787 (Claro)
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

Anexos:

Contrato_0027028.html
Termo_de_Referencia_0010092.html

ATOS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Extratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2022/DPE-RO

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CNPJ: 01.072.076/0001-95

CONTRATADA: O. RIGONATO DA SILVA EIRELI - CNPJ: 27.057.706/0001-46

OBJETO: Aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante Dispensa de Licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de Rolim de Moura/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos.

VALOR: R\$ 2.304,00 (dois mil, trezentos e quatro reais)

DESPESA: Programa de trabalho: 03.122.2046.2182.218201 - Natureza de Despesa: 33.90.30.07 - Fonte: 0.2.30.000000 0.230

PROCESSO: 3001.100492.2021/SEI/DPE-RO

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 08/03/2022

ASSINAM:

- HANS LUCAS IMMICH - Defensor Público-Geral / DPE-RO

- OELISON RIGONATO DA SILVA - Representante / Contratada

Porto Velho - RO, data e horário do sistema eletrônico.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

HANS LUCAS IMMICH

Defensor Público-Geral

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2022/DPE-RO

CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - CNPJ: 01.072.076/0001-95

CONTRATADA: TOP DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CNPJ: 38.032.028/0001-83

OBJETO: Aquisição de água mineral, na forma de galões de 20 litros, mediante dispensa de licitação, para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia na comarca de Espigão do Oeste/RO, mediante fornecimento parcelado, conforme especificações técnicas e condições complementares descritas no termo de referência e seus anexos.

VALOR: R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais)

DESPESA: Programa de trabalho: 03.122.2046.2182.218201 - Natureza de Despesa: 33.90.30.07 - Fonte: 0.2.30.000000 0.230

PROCESSO: 3001.100486.2021/SEI/DPE-RO

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

DATA DE ASSINATURA: 15/03/2022

ASSINAM:

- HANS LUCAS IMMICH - Defensor Público-Geral / DPE-RO

- DIEISON SILVA DE OLIVEIRA - Representante / Contratada

Porto Velho - RO, data e horário do sistema eletrônico.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

HANS LUCAS IMMICH

Defensor Público-Geral